



1290000186



FE

TCC/UNICAMP N69h

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPIN  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**JOSIANE NOHAMA**

**HOMOGENEIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO:  
UM ESTUDO SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA DÉCADA DE 1930**

2020.01.0000

CAMPINAS, S.P.  
2002

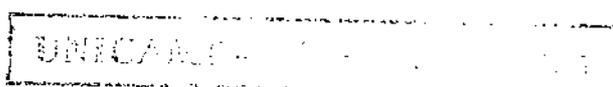
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**JOSIANE NOHAMA**

**HOMOGENEIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO:  
UM ESTUDO SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA DÉCADA DE 1930**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como exigência parcial para o Curso de Pedagogia  
da Faculdade de Educação da UNICAMP, sob a  
orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Heloísa Helena P. Rocha

CAMPINAS, S.P.  
2002



© by Josiane Nohama, 2002.

UNIDADE	FE
Nº CHAMADA:	TCC - UNICAMP
V:	
TOR:	186
PRO:	124/2003
CL:	X
PRF:	1100
DATA:	03/14/03
Nº CDD:	Bib. = 308280

**Catologação na Publicação elaborada pela biblioteca  
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Bibliotecário: Gildenir Carolino Santos - CRB-8ª/5447

N69h Nohama, Josiane.  
Homogeneização e segregação : um estudo sobre a educação especial na década de 1930 / Josiane Nohama. -- Campinas, SP: [s.n.], 2002.

Orientador : Heloísa Helena Pimenta Rocha.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Educação - História. 2. Educação Especial. 3. Psicologia. 4. Imprensa. 5. Pedagogia. I. Rocha, Heloísa Pimenta. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

02-215-BFE

---

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Heloísa Helena Pimenta Rocha

---

Segunda Leitora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Maria Fonseca de Almeida

## *Dedicatória*

Dedico este trabalho aos meus pais, Antonio e Inês, pelo amor incondicional, confiança, compreensão e ajuda, tanto na realização do Curso de Graduação em Pedagogia, como na concretização de todos os meus sonhos.

## *Agradecimentos*

À Professora Heloísa Helena P. Rocha pelo apoio, carinho, paciência e pela orientação exemplar, sem a qual não teria sido possível a realização deste trabalho: minha admiração, gratidão e respeito.

À Ana Maria F. de Almeida pelas observações, sugestões e pela atenção e carinho que me dedicou.

Ao meu amado Claudson pelo companheirismo e cumplicidade tão fundamentais para o início e a conclusão do curso de Graduação em Pedagogia.

Aos meus irmãos Luciane, Claudiane e Giovane pela atenção e incentivo.

Aos meus queridos sobrinhos Michel, Daniele e Caroline.

A todas as minhas amigas, especialmente a Rosângela, Daniele e Ligiane, que estiveram comigo neste percurso, possibilitando a troca de conhecimentos, experiências e reflexão sobre a Educação.

## Resumo

O trabalho visa estudar a influência da Psicologia na educação brasileira e, mais especificadamente, nas discussões sobre a Educação Especial, na década de 1930. Para tanto, toma como fonte o periódico paulista *Revista de Educação*, detendo-se sobre artigos que, direta ou indiretamente, abordam questões ligadas à Educação Especial. São analisados dezesseis artigos publicados na *Revista de Educação*, com o objetivo de compreender o papel da Psicologia na definição/identificação dos comportamentos considerados “anormais” e no tratamento que se deveria dar, no âmbito educacional, às crianças consideradas deficientes/diferentes/anormais.

Num momento em que se visava a uma reorganização educacional, pautada nos princípios de homogeneização, racionalização e eficiência, a Psicologia ganhava cada vez mais adeptos e introduzia seus conceitos na área educacional como uma forma de medir as capacidades individuais, por meio dos testes psicológicos, tendo como objetivo identificar e segregar os “anormais”.

A homogeneização de classes visava, na concepção dos autores estudados, não apenas o progresso do ensino, mas também o progresso do país. Acreditava-se que a homogeneização facilitaria e agilizaria o trabalho docente, formaria pessoas disciplinadas e aptas ao trabalho. Neste sentido, a Psicologia contribuiu na constituição da Educação Especial no Brasil, identificando e definindo quem eram os “anormais” e, ainda, propondo, como forma de tratamento para as crianças “anormais”, a sua segregação. Portanto, a Psicologia assumiu e foi considerada como portadora de uma autoridade que ultrapassou, evidentemente, os limites de sua competência. Isso não ocorreu sem razões políticas precisas, surgindo a Psicologia em muitas situações para validar posições ideológicas que serviram à marginalização e à rotulação de grande parte da população em função da sua etnia, classe sócio-econômica e grupo cultural.

**Palavras-Chave: História da Educação, Educação Especial, Psicologia**

## SUMÁRIO

Introdução.....	01
A Revista de Educação e o Movimento de Renovação Educacional .....	05
O Homem Certo no Lugar Certo ? .....	13
Os autores .....	13
A Homogeneização de Classes.....	15
Testes Psicológicos: Seleção e Classificação das Crianças .....	24
Considerações Finais .....	40
Anexos .....	43
Bibliografia .....	80

## *Introdução*

O presente trabalho se propõe a estudar a influência da Psicologia na educação brasileira e, mais especificadamente, nas discussões sobre a Educação Especial na década de 1930. Para isso, será estudado o periódico paulista *Revista de Educação*, enfocando artigos que, direta ou indiretamente, abordavam questões ligadas à Educação Especial, tratadas a partir de um enfoque psicológico. Na realização deste trabalho, tomou-se como ponto de partida o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no ano de 2001 por Renata Juliana Higa, com o título “A Educação Especial nas Décadas de 1920 e 1930 através da *Revista de Educação*”.

A Educação Especial e a Psicologia são temas que sempre me interessaram e o curso de graduação em Pedagogia forneceu-me elementos que possibilitaram pensar as relações da Psicologia com a educação, principalmente com a Educação Especial. Através da disciplina Fundamentos da Educação Especial, pude refletir sobre questões que envolvem a escolarização do deficiente mental e sua história no Brasil. Sobre essa questão, Gilberta Jannuzzi, em seu livro: “A Luta pela Educação do Deficiente Mental no Brasil”, coloca que, no período de 1874 a 1935, as discussões e iniciativas voltadas para a educação do deficiente mental estiveram ligadas ao campo da Medicina, destacando também a forte influência da Psicologia, a partir do século XX.

A Psicologia ganhava destaque na área educacional, com a aplicação dos testes de inteligência para se detectar a deficiência ou a “anormalidade”, estabelecendo assim, parâmetros de classificação, identificação e segregação das crianças consideradas “anormais”. Estudar como foi a participação da Psicologia na produção dos conceitos de normalidade e anormalidade possibilita-nos, desse modo, compreender o processo de constituição da escola brasileira baseada nos parâmetros de homogeneização, racionalidade e eficiência.

Isaias Pessotti, em seu livro “Deficiência Mental: da Superstição à Ciência” diz que apesar de o século XX ter apresentado um progresso no diagnóstico psicológico da deficiência mental, este não foi suficiente para afastar as idéias de que a deficiência era uma maldição ou castigo dos céus e nem do fatalismo clínico da hereditariedade inevitável. Nesse sentido, o deficiente continua a ser considerado como um perigo social que precisa ser afastado dos “normais”, constituindo-se a produção científica em um recurso político que justifica e legitima a segregação dos deficientes.

A leitura do Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido por Renata Juliana Higa despertou um forte desejo de pensar a Psicologia na constituição da Educação Especial no Brasil. Trabalho esse que teve como objetivo identificar fontes que permitissem verificar se a Educação Especial foi um tema que interessou aos educadores, empenhados na reorganização do sistema educacional paulista, nas décadas de 1920 e 1930. Para tanto, realizou um levantamento da produção sobre Educação Especial que circulou no periódico paulista *Revista de Educação*.

A pesquisa realizada por Higa evidenciou que a Educação Especial foi um objeto de preocupação dos educadores paulistas no período, dado o conjunto significativo de artigos relacionados ao assunto, publicados em vários dos volumes desse periódico. Com base nesses levantamentos, constatou-se uma forte presença dos conceitos psicológicos que muito influenciaram e ainda influenciam nossa educação, ou seja, vários dos artigos publicados no periódico têm como conteúdo principal temas educacionais tratados a partir da perspectiva da Psicologia, constituindo-se esta em uma de suas principais características.

A fonte pesquisada por Higa foi localizada na Biblioteca da Faculdade de Educação da Unicamp e no Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas. A coleção formada a partir da pesquisa compõe-se de vinte e um volumes, que abrangem o período que vai do ano de 1927 a 1939. Selecionados os volumes relacionados ao período, foi feita uma catalogação de seus sumários e uma listagem dos artigos publicados na Revista.

Na listagem dos artigos referentes à Educação Especial organizados e catalogados por Higa, evidencia-se uma influência marcante do enfoque psicológico no tratamento daqueles que iam se constituindo, naquele período, em temas educacionais relevantes.

Este trabalho analisará dezesseis artigos publicados na *Revista de Educação* e catalogados por Higa (Quadro 1), com o objetivo de compreender o papel da Psicologia na definição/identificação dos comportamentos considerados “anormais” e no tratamento que se deveria dar, no âmbito educacional, às crianças consideradas deficientes/diferentes/anormais.

Quadro 1: Artigos da *Revista de Educação*

TÍTULO	AUTOR	DATA
“Medindo a Inteligência das Crianças”	Ana Gillingham	setembro/1933, vol. III
“O Rendimento Escolar”	Sud Mennucci	setembro, dezembro/1936, vols. XV e XVI
“A Disciplina”	Baieux da Silva	junho/1933, vol. II
“Os Castigos Morais”	Baieux da Silva	março/1933, vol. I
“Contribuição para o Estudo dos Testes”	Bruno Vollet	março/1933, vol. I
“As Classes Seletivas do 1º Grau e os Testes ABC”	Bruno Vollet	março, junho/1935, vols. IX e X
“Os Testes ABC como Meio de Seleção de Classes”	Onofre Penteadó	março/1933, vol. I
“Testes de Escolaridade”	Rafael G. Crespo e Antonio Cueto	junho/1933, vol. II
“O Serviço de Psicologia Aplicada”	Noemi M. Silveira	dezembro/1933, vol. IV
“Organização de Classes Seleccionadas e Aplicação dos Testes ABC”	Anna Nogueira Ferraz e Olga Bolliger	setembro, dezembro/1936, vols. XIII e XIV
“A Homogeneização das Classes como um dos Fatores de Racionalização do Ensino Primário”	Benedicto de Assis	dezembro/1934, vol. VIII
“A Psicologia da Inteligência”	Ed. Claparède	agosto, setembro/1932, vol. IX
“Escolas Psicológicas”	Clarence Ragsdale (tradução de Luiz G. Fleury)	dezembro/1934, vol. VIII
“Testes de Rendimento Escolar”	Eulália Alves Siqueira	março, junho/1938, vols. XXI e XXII
“A Educação dos Anormais e dos Débeis mentais”	Norberto Souza Pinto	setembro, dezembro/1935, vols. XI e XII
“A Seleção dos Alunos”	W. Stern	dezembro/1934, vol. VIII

Tomando por base a catalogação realizada por Higa, a seleção dos artigos procurou privilegiar aqueles que permitissem compreender o papel da Psicologia na discussão sobre a Educação Especial, na década de 1930, o que resultou nesse conjunto de artigos que, destinados aos educadores paulistas, tomaram como temas a identificação e o tratamento das crianças consideradas “anormais”, com base nos referenciais da Psicologia.

Após a seleção dos artigos, foi elaborada uma ficha de leitura destes, que procurou identificar os seguintes itens: título, referência bibliográfica, ano de publicação, nome do autor, se o artigo foi uma tradução ou não, e a seção na qual foi publicado (Anexos). Realizada a leitura dos artigos, foi elaborado um resumo e a identificação de palavras-chave, as quais se referem aos assuntos mais marcantes presentes no artigo; são palavras que facilitam a compreensão dos objetivos dos artigos e possibilitam a comparação entre eles. O resumo foi elaborado sendo o mais fiel possível ao conteúdo do artigo, destacando-se algumas citações de trechos considerados fundamentais para a compreensão do texto e do objetivo deste trabalho. No último parágrafo do resumo, está contida a informação referente a outras publicações do artigo, ou seja, se o artigo foi publicado anteriormente em outra revista, livro ou se foi apresentado em alguma conferência ou simpósio.

Na leitura e análise desses artigos, procurou-se responder a algumas questões: Que periódico foi esse? Quais as idéias difundidas sobre a educação do deficiente mental no âmbito desse periódico? Como a Psicologia definia a “anormalidade” e quais eram suas propostas para a educação desses “anormais”? Visando compreender essas questões, procurou-se indagar também sobre quem eram os profissionais que assinavam esses artigos. Trata-se de artigos escritos por profissionais brasileiros ou traduções? E, enfim, como esses artigos dialogam com a organização da escola paulista no período?

Enfim, procurou-se, neste trabalho, indagar como a Psicologia definia o “anormal” e quais eram suas propostas de tratamento para os considerados “anormais” no âmbito educacional.

## *A Revista de Educação e o Movimento de Renovação Educacional*

O periódico paulista *Revista de Educação* foi criado em outubro de 1927, pela Sociedade de Educação de São Paulo em parceria com a Diretoria Geral da Instrução Pública.

A Sociedade de Educação foi fundada em 1922 e as últimas notícias de seu funcionamento datam aproximadamente de 1931. Segundo Higa, “*nesse período que se tem notícia do funcionamento da Sociedade de Educação, estavam ocorrendo muitos conflitos no campo educacional, tanto pelo monopólio da autoridade científica como pelo monopólio da orientação das revistas pedagógicas e, ainda, por uma melhoria do ensino no país*” (Higa, 2001, p. 6).

A Sociedade de Educação surgiu com o objetivo de reunir profissionais da área da educação engajados nos esforços de modernização e renovação pedagógicas, visando constituir-se em espaço de discussão sobre assuntos educacionais que se colocavam no momento, de modo a favorecer a melhoria do ensino no país. Referindo-se a esta entidade, Nery (2001) afirma que:

*na década de 20, algumas instituições se organizaram com o intuito de legitimar a atuação de seus associados no campo educacional que estava se estruturando. É este, por exemplo, o caso da Sociedade de Educação de São Paulo. Fundada com a finalidade de congregar membros do magistério em seus vários níveis, dos setores público e privado, com idéias e interesses comuns, teve uma intensa atuação no cenário educacional do período.* (2001, p. 3)

Neste contexto educacional, a Sociedade de Educação cria a *Revista de Educação*, como um meio de divulgação dos conhecimentos que os membros envolvidos na estruturação dessa entidade julgavam mais importantes. A Revista torna-se um meio de expressão dos interesses e aspirações de um grupo, que teve importante papel na estruturação do campo educacional paulista.

A *Revista de Educação* era uma forma de expressão, de exposição e de crítica de assuntos educativos. Os profissionais que publicavam artigos nesta Revista eram professores ou estudiosos da área educacional que tinham como objetivo propagar as novas idéias e propostas de ensino no país. A Revista constituía-se, desse modo, em um meio de “dialogar” com os professores e estudiosos dos assuntos educacionais a respeito das diretrizes educacionais oficiais e dos principais debates/embates nacionais e

mundiais sobre educação, travados na época, fazendo-os refletir, a partir da leitura que faziam destes, e reorganizar suas práticas, a fim de alcançar o que consideravam como progresso científico. Mas segundo Higa,

*tendo o conhecimento de todo o contexto em que estava inserida a circulação desse periódico, podemos concluir que a publicação de artigos se restringia àqueles que fossem considerados relevantes e válidos para os embates educacionais do momento, segundo a concepção dos responsáveis pela publicação da revista. Ou seja, essa exposição de idéias não devia ser tão livre e posta em prática da maneira como coloca essa publicação. (2001, p. 16)*

Os artigos publicados eram “escolhidos”, ou seja, segundo destaca Higa

*é colocado, nesse mesmo volume (contracapa da Revista de março de 1929), que “Educação” não terá noticiário, nem publicará homenagens, ou artigos literários de “pura forma”. Sua parte bibliográfica organizar-se-á de molde a constituir-se um repositório de informação retrospectiva e contemporânea da cultura pedagógica mundial, facilitando, assim, aos professores, meios de organizar e orientar suas leituras. (2001, p. 17)*

A análise realizada por Higa evidencia, pois, que nesta Revista não havia publicações de “livre exposição e críticas a respeito de assuntos educativos”, como era inicialmente proposto.

A Revista era publicada nos meses de março, junho, setembro e dezembro e sua distribuição era gratuita aos professores públicos do Estado, configurando-se em um referencial teórico para os profissionais da educação do período, sendo seus artigos uma expressão das propostas de renovação educacional que circulavam na época.

Em 1930, com a revolução ocorrida em outubro, houve uma substituição em todos os cargos públicos considerados de confiança. No lugar de Amadeu Mendes, Diretor do Ensino, tomou posse Lourenço Filho, que mudou o nome da *Revista de Educação* para *Revista Escola Nova*. Como assinala Esteves (2002),

*a reforma da instrução pública realizada por Lourenço Filho, entre dezembro de 1930 e dezembro de 1931, reorganizou os serviços técnicos, definindo e articulando os serviços administrativos; instalou a Biblioteca Pedagógica Central; publicou a Revista Escola Nova, em substituição à Revista de Educação; reformou os ensinos normal e profissional; instituiu o uso dos testes para organização das classes seletivas; e impulsionou o cinema educativo, os serviços de estatística e as associações periescolares. (2002, p. 42)*

*Escola Nova* foi como uma segunda fase da *Revista de Educação* que vigorou apenas de outubro de 1930 a julho de 1931. Depois desse período, a Revista passa novamente a chamar-se *Revista de Educação*, “fato que pode ser explicado pela mudança de seus responsáveis. Finda a parceria da Diretoria Geral da Instrução Pública com a Sociedade de Educação, sendo que na fase posterior à de ‘Escola Nova’, a revista passa a ser responsabilidade exclusiva da Diretoria Geral da Instrução Pública” (Higa, 2001, p. 19).

Uma das principais mudanças aconteceu nos números da Revista publicados no ano de 1939: os volumes referentes aos meses de março, junho, setembro e dezembro trazem uma mensagem aos leitores, “dizendo que as matérias aí contidas foram autorizadas e revistas, em sua parte quase total, pelo extinto Serviço de Orientação Pedagógica, havendo da direção atual apenas a revisão da parte final e noticiário de alguns fatos últimos” (Higa, 2001, p. 19).

Com todas essas mudanças, a Revista continuava sendo um referencial para os professores atuantes e principalmente para os professores do ensino primário, já que, por determinação do Chefe do Serviço das Instituições Auxiliares da Escola, a leitura dessa Revista é proposta como um meio de melhorar o desempenho dos professores.

*A Revista passou por determinação do Diretor Geral do Departamento, Prof. Dario Dias de Moura, a constituir uma das partes integrantes da Chefia do Serviço das Instituições Auxiliares da Escola. Sua orientação será a de um órgão que possa ser útil aos professores de classe ou escola primária, para o perfeito desempenho de suas funções.* (Higa, 2001, p. 19)

Percebe-se que esta Revista era destinada aos professores atuantes e era uma maneira de oferecer a esses profissionais orientação pedagógica. Sendo assim, os conteúdos dessa Revista eram vistos como sendo oficiais e como propostas que deveriam ser adotadas para promover a renovação educacional. Para se alcançar essa tão almejada renovação educacional, a Revista divulgava artigos, fundamentados num enfoque psicológico das questões educacionais. No que se refere à Educação Especial, Higa assinala que

*o periódico nos possibilita apreender a produção de um discurso sobre Educação Especial, enfoque específico do trabalho, que está associado à entrada em cena da Psicologia como ciência que deveria dar suporte à reflexão e ação pedagógicas.* (Higa, 2001, p. 23)

A Revista apresenta-se dividida em seções que são: uma *Geral* (que aparece em todas as revistas encontradas), *Fatos e Iniciativas*, *Através de Livros*, *Através de Revistas*, *Através de Revistas e Jornais*, *Bibliografia*, *Informações*, *Legislação Escolar*, *Comunicados da Diretoria Geral do Ensino*, *Em classe*, *Estatística Escolar*, *Diretoria do Ensino*, *Publicações*, *Departamento de Educação*, *Guia Administrativo*. (Higa, 2001, p. 24)

Dos dezesseis artigos analisados neste trabalho, apenas dois artigos foram publicados na seção *Através de Revistas*, e os outros catorze, na seção *Geral*. Cabe destacar que encontram-se na seção *Geral* artigos escritos especialmente por professores, diretores de escolas dos diversos graus do ensino, integrantes dos órgãos oficiais do ensino, por exemplo, ex-diretor geral do ensino, ex-inspetor regional do ensino, inspetor regional do ensino, encarregado da seção de publicidade da Diretoria Geral da Instrução, inspetor escolar distrital, inspetor geral do ensino.

A seção *Geral* era um espaço de informação e diálogo com o leitor a respeito da educação como um todo, diferentemente das outras seções, que trazem artigos de naturezas diversas sobre determinados aspectos educativos, voltados para temas específicos de cada uma dessas seções, que não poderiam aparecer em outra seção senão naquelas em que aparecem.

Segundo Higa, a seção *Geral* foi de grande importância para a constituição da Revista, uma vez que aparece em todos os volumes localizados da mesma e pelo fato de poder abarcar assuntos variados. Os artigos publicados na seção *Geral* foram escritos especialmente para as revistas nas quais aparecem. Já na seção *Através de Revistas*, eram publicados artigos escritos com base em outros estudos realizados anteriormente, extraídos de revistas nacionais ou estrangeiras.

Após um levantamento dos sumários da *Revista de Educação*, que vão do período de dezembro de 1927 a dezembro de 1939, Higa conclui que a Educação Especial foi um objeto de preocupação dos educadores paulistas, na medida em que artigos relacionados ao assunto foram encontrados em vários dos volumes do periódico. A Educação Especial aparece nesses artigos através de um enfoque psicológico, que constituiria o que Gilberta Jannuzzi denominou, em seus estudos, “vertente psicopedagógica”.

Para Jannuzzi, a vertente psicopedagógica não independia do enfoque médico, mas dava ênfase aos princípios psicológicos. Segundo a autora, a Psicologia

*impregnou toda a educação deste período, através dos laboratórios de psicologia experimental, das escolas de aperfeiçoamento de professores primários, penetrando nas reformas estaduais de educação, na literatura, etc. A teoria que veiculava era a da Escola Nova, presente sobretudo no discurso pedagógico, mas com alguma realização na prática escolar. Os testes de quociente intelectual, já presentes aqui no Brasil, vão ganhando espaço, principalmente na literatura. (Jannuzzi, 1922, p. 59)*

Como cita Jannuzzi, o movimento da Escola Nova estava muito presente no discurso pedagógico do período e foi através dele que a Psicologia ganhou destaque na educação brasileira. Sobre esse movimento, tão marcante para o ensino no país, anota Esteves (2002)

*o termo "Escola Nova" começou a ser utilizado de maneira mais ampla a partir do fim dos anos 1920 no Brasil. Sob a égide desse termo várias concepções de ensino e aprendizagem se associavam tendo em comum a defesa da atividade da criança na produção do conhecimento escolar, da experimentação como recurso pedagógico, visando formar um indivíduo para uma civilização concebida como permanentemente em mudança. (2002, p. 44)*

Nas escolas paulistas, o movimento da Escola Nova se afirmou na reforma empreendida por Lourenço filho, em 1931, o qual introduziu a autonomia didática para o professorado paulista. Segundo Fernando de Azevedo, um dos protagonistas desse movimento,

*Parece-nos, pois, que, se quisermos restituir a esta expressão confusa e deturpada, de conteúdo variável e contraditório, as suas significações mais honestas, temos de distinguir ao menos duas formas de educação nova: uma, inspirada pelas idéias biopsicológicas e nas concepções funcionais e a outra, ligada à evolução dos conhecimentos e das idéias sociais e sugerida por uma concepção mais nítida do papel da escola com o meio e de adaptá-la às condições de uma nova civilização. Aquela de tendências individualistas, tomando como ponto de partida o indivíduo para a organização da escola; esta, de orientação social e às vezes mesmo socialista, partindo da comunidade para a formação do indivíduo; uma, visando a dinâmica do ensino, isto é, os processos de aprendizagem e os métodos do trabalho escolar; e a outra, dirigindo-se sobretudo à estrutura da escola para melhor adaptação ao seu meio social. Concepções, de origens e bases diversas, suscetíveis de conduzir a tendências divergentes, mas que em certo sentido se completam e, em todo o caso, não são opostas por natureza. A educação ou escola nova, na sua primeira acepção (Bovet, Ed. Claparède, Ad. Ferrière, e entre os americanos J. Dewey) orienta-se pelos seguintes princípios fundamentais: 1) maior liberdade para a criança, a que se pretende proporcionar condições mais favoráveis ao seu*

*desenvolvimento natural, pela atividade livre e espontânea; 2) o princípio de atividade (métodos ativos, escola ativa), ligado ao da liberdade e inspirado no pensamento de que a criança é um ente essencialmente ativo, cujas faculdades se desenvolvem pelo exercício; e 3) o respeito pela originalidade pessoal de cada criança e, em consequência, a individualização do ensino, sob o fundamento de que a cada um é devida a educação que lhe convém (a escola “sob medida” de que fala Claparède). A educação nova, na sua segunda acepção, é exatamente na iniciação e não no desenvolvimento que põe o acento, procurando não só compreender as necessidades do indivíduo através das da comunidade de vida e orientá-la sob os princípios de solidariedade e de cooperação e com o sacrifício parcial do indivíduo, para o bem coletivo. (Azevedo apud Esteves, 2002, p. 39-40)*

Nesta citação, ficam evidentes as características da Escola Nova, que valorizando o desenvolvimento objetivo das capacidades produtivas sociais e descobrindo a “psiquê” infantil, oferece às crianças atividades para desenvolver suas “faculdades”, estimulando a individualização do ensino, ou seja, o princípio de que medindo e identificando as capacidades individuais seria possível estabelecer o futuro “profissional” de cada criança.

A proposta da Escola Nova compreendia uma escola pautada nos princípios do poder disciplinador do progresso, na qual a racionalização e a eficiência eram os principais objetivos a serem alcançados, possibilitando, dessa forma, o enquadramento da escola nas bases da sociedade moderna. Esse modelo de escola pretendia formar um “homem novo”, eficiente, conciso e ágil, dentro dos parâmetros exigidos nas indústrias nacionais.

*Era aposta em uma sociedade nova, moderna, que as lições da guerra, mediatamente aprendidas, faziam entrever dependente de uma nova educação, redefinida em seus princípios e largamente baseada na ciência. (...) essa “nova compreensão” [da vida] entevia embutido no processo de racionalização das relações sociais sob o modelo da fábrica. (...) A sociedade paulista, agora de economia industrial, necessitava de uma escola que preparasse seus educandos para a vida em uma sociedade fabril. Consequentemente, hábitos e atitudes deveriam se pautar pela racionalidade e pelo processo de otimização das tarefas. A racionalidade dependia de objetividade, rotina e disciplina para se manter. O controle temporal do trabalho fazia com que se produzisse mais e melhor em menos tempo: era a busca por uma produção veloz visando a eficiência. Essa era a “receita” para a vida em uma sociedade moderna. (Esteves, 2002, p. 34-35)*

É nesse cenário social e educacional que a *Revista de Educação* surge, como mencionado anteriormente, como um referencial teórico para os profissionais da educação do Estado de São Paulo. Na análise dos artigos publicados nesta Revista, percebe-se a forte influência de todo esse processo de renovação educacional, pautado nos princípios da Escola Nova que eram implantados no Brasil.

A Psicologia era considerada um meio de introduzir a Pedagogia na área científica e, com isso, ganhava cada vez mais adeptos que difundiam e aplicavam suas “técnicas psicológicas”, principalmente os testes psicológicos, nas escolas do Estado de São Paulo. Através dos testes psicológicos realizados nas escolas, visava-se detectar a normalidade ou anormalidade da criança.

Nesse contexto, a análise dos artigos permite observar que eram considerados “anormais” ou deficientes aqueles que não se enquadravam dentro de um padrão de normalidade estabelecido pela sociedade/escola da época, ou seja, que não tinham características do “bom escolar” e que conseqüentemente não seriam bons trabalhadores. A seleção dos “anormais” tinha como preocupação manter a ordem social vigente, uma vez que esses perturbavam e ameaçavam a segurança da sociedade.

Segundo Higa, a segregação das crianças “anormais” acontecia por dois motivos principais:

1º - A criança “anormal” era considerada um entrave para o bom rendimento escolar dos alunos normais.

2º - A criança “anormal” era considerada promíscua, sem moral, sem apego ao trabalho e isso era um péssimo exemplo para as crianças ditas normais.

Questionamos então, quem eram essas crianças “anormais” que tanto assustavam a sociedade a ponto de serem separadas das classes dos normais? Segundo Higa,

*esses anormais eram aqueles que não conseguiam acompanhar as classes regulares de ensino; eram aqueles que apresentavam problemas de comportamento, dificuldades de aprendizagem, ou diferença no ritmo de aprendizagem, neuroses, apatia, diferenças na medida de inteligência quando comparados a um coetâneo, além de deficiências físicas e mentais.* (Higa, 2001, p. 33)

Higa ainda comenta que os artigos catalogados em sua pesquisa abordam temas que discutem o assunto, tal como era concebido na época, pois veiculavam a idéia de seleção dos “anormais” baseados na identificação do comportamento diferente em

relação àquele esperado e considerado normal no conjunto de normas e valores que a sociedade estabeleceu naquele momento histórico.

Segundo os estudos de Gilberta Jannuzzi (1992), havia uma preocupação em estabelecer uma catalogação da “anormalidade” baseada nos parâmetros de inteligência, atenção e memória do aluno. Mas, como não era esclarecido o que seria inteligência, pode-se supor que *“estivesse relacionada com o rendimento escolar do aluno, avaliado nas notas de classe”* (Jannuzzi, 1992, p. 37). Partindo desse conceito, o “anormal” era aquela criança “portadora de defeitos pedagógicos”, que era impulsiva, irrequieta, instável, apática. Assim, os alunos “anormais” eram aqueles que apresentavam comportamentos considerados inadequados para a escola/sociedade do período e por essa razão deveriam ter uma educação diferenciada e separada dos normais.

Este fato é marcante e presente nos artigos analisados nesta Revista, uma vez que foram encontrados vários artigos que defendiam a segregação das crianças consideradas “anormais”, postulando a homogeneização de classes e reforçando, ainda mais, a desigualdade social.

## ***O Homem Certo no Lugar Certo?***

Este capítulo apresenta a análise dos dezesseis artigos selecionados nos volumes da *Revista de Educação* publicados na década de 1930. Procurou-se estudar os artigos cuja temática se relacionasse à Educação Especial, cabendo destacar que, na seleção dos artigos, pôde-se perceber que muitos dos artigos publicados apresentavam um enfoque psicológico sobre as questões educacionais e, mais especificamente, sobre as questões ligadas à Educação Especial.

A *Revista de Educação*, como mencionado anteriormente, foi muito importante para a educação paulista, nas décadas de 1920 e 1930. Seus artigos foram, provavelmente, lidos por grande número de educadores paulistas, no período, constituindo-se a Revista em importante meio de difusão de teorias voltadas para os objetivos de “renovação educacional” e, ao mesmo tempo, numa referência de estudos para muitos profissionais.

A Revista pode ser vistas como um referencial teórico oficial do Estado de São Paulo, nas décadas de 1920 e 1930. Assim, estudar o que os profissionais propunham como uma renovação pedagógica pode ajudar a compreender o processo de constituição da escola brasileira baseada nos parâmetros de homogeneização, racionalidade e eficiência.

Nessa análise serão considerados aspectos que dizem respeito ao enfoque dado à Educação Especial, no âmbito desse periódico, procurando-se destacar quem eram os autores dos artigos, como a Psicologia participou da definição dos “anormais” e dos normais e qual era o tratamento proposto àqueles considerados “anormais”, ou seja, pretende-se investigar como a Psicologia participou da construção da campo da educação e, mais especificamente, da Educação Especial, que idéias de criança, escola, aluno a Psicologia vai construindo e propondo como referencial.

### **Os autores**

As pessoas que assinavam os artigos publicados na *Revista de Educação*, no período estudado, eram profissionais da área educacional e da Psicologia. Eram, em sua grande maioria, diretores, professores e psicólogos.

Dos dezesseis artigos analisados, quatro foram escritos por mulheres que, naquela época, estavam engajadas neste processo de renovação educacional do país: Ana Gillingham, investigadora do Instituto de Neurologia de Nova York; Eulália Alves Siqueira, assistente do Laboratório de Psicologia do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo; Anna N. Ferraz e Olga Bolliger, adjuntas do Grupo Escolar de Rebouças; e Noemi M. Silveira, professora do Grupo Escolar Prudente de Moraes, encarregada da organização das classes seletivas de 1º ano dos grupos escolares e da aplicação dos testes mentais e pedagógicos, além da aferição dos testes Binet-Simon e Dearborn.<sup>1</sup> Noemi foi, também, chefe do Serviço de Psicologia Aplicada do Instituto de Educação de São Paulo.<sup>2</sup>

Quatro artigos foram traduzidos por profissionais brasileiros que defendiam a introdução das técnicas psicológicas na educação, sendo que três foram traduzidos por J. B. Damasco Penna, nome de destaque no campo educacional no período, que atuou, entre os anos de 1925 a 1930, como colaborador no Laboratório de Pedagogia Experimental ao lado de Noemi M. Silveira e do chefe do Laboratório, Lourenço Filho. Apenas um artigo, referente à história da Psicologia, foi traduzido por Luiz Gonzaga Fleury, que atuou como chefe de serviço da Diretoria do Ensino de São Paulo.<sup>3</sup> Os artigos traduzidos por J. B. Damasco Penna são todos relacionados às teorias psicológicas, sendo dois deles escritos por psicólogos muito mencionados e famosos da época como: W. Stern, psicólogo alemão que estudou a psicometria da inteligência e que propôs o quociente de inteligência, como expressão da relação entre idade mental e a idade cronológica do indivíduo,<sup>4</sup> Ed. Claparède que, como diz Patto (1993), foi

*um fiel representante das inquietações e desejos de seus pares: quer aprimorar instrumentos de medida que rastreiem as diferenças individuais, quer saber quem são os retardados e os bem dotados o mais precocemente possível, defende a criação de classes especiais para os primeiros e de escolas especiais para os segundos, propõe, em 1920, a escola sob medida e em 1922 a orientação profissional - tudo isso em nome de menor desperdício e menor desgaste individual e social. A colocação do "homem certo no lugar certo" era para ele o caminho mais curto para o restabelecimento da justiça social almejada e a seu ver possível, mas ainda não alcançada. (Patto, 1993, p. 43)*

<sup>1</sup> Cf. MONARCHA, Carlos. *Lourenço Filho e a Organização da Psicologia Aplicada à Educação (São Paulo, 1922-1933)*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001.

<sup>2</sup> Dado extraído da *Revista de Educação*, 1934, Vol.VIII.

<sup>3</sup> Extraído da *Revista de Educação*, 1934, Vol.VIII.

<sup>4</sup> Extraído do artigo "A Seleção dos Alunos", *Revista de Educação*, 1934.

Foi traduzido um artigo escrito por Rafael G. Crespo e Antonio Cueto, professores cubanos engajados na discussão das questões educacionais no período, que enfatizam a importância dos testes de escolaridade na medida da aprendizagem do aluno.

Outros oito artigos foram escritos por profissionais brasileiros preocupados, principalmente, com a homogeneização de classes e os testes psicológicos. São nomes como Bruno Vollet, que foi diretor do Grupo Escolar de Uma; Sud Mennucci, ex-diretor do Ensino de São Paulo; Bayeux da Silva, que atuou como chefe do serviço da Diretoria do Ensino de São Paulo; Norberto de Souza Pinto e Onofre Penteado Junior, que participaram como colaboradores da *Revista de Educação*.<sup>5</sup>

A leitura dos artigos evidencia que os autores são profissionais que estavam engajados no processo de renovação educacional da época e que tinham conhecimento uns das idéias dos outros, ou seja, um conhecia o trabalho do outro e, de certa forma, algumas idéias eram semelhantes. Como exemplo, temos dois artigos escritos por Bruno Vollet, onde ele cita os companheiros Sud Mennucci, Isaiás Alves, e o autor estrangeiro Claparède.

### **A Homogeneização de Classes**

Bruno Vollet, Onofre Penteado Junior, Benedicto de Assis são nomes muito presentes nas iniciativas da década de 1930 e que compartilhavam das mesmas idéias: aplicação de testes de inteligência como forma de seleção e classificação dos alunos e a formação de classes homogêneas.

Vollet era um profissional ativo na época. Além de escrever e pesquisar sobre os testes psicológicos, atuava em Grupos Escolares de São Paulo, promovendo a aplicação de testes psicológicos.

No artigo “Contribuição para o Estudo dos Testes”,<sup>6</sup> Vollet afirma que a formação de classes homogêneas era um dos fatores essenciais que contribuíam para o “sucesso” no ensino. Essas idéias eram disseminadas aos profissionais da época e encontravam apoio de muitos profissionais, como se pode observar pela leitura da tradução do artigo “A Selección dos Alumnos”,<sup>7</sup> de W. Stern, feita por J. B. Damasco

---

<sup>5</sup> Dado extraído da *Revista de Educação*, 1934, Vol.VIII.

<sup>6</sup> Publicado na *Revista de Educação*, 1933, Seção Geral.

<sup>7</sup> Publicado na *Revista de Educação*, 1933, Seção Geral.

Penna, na qual o autor afirma que há uma seleção natural através das gerações e que as chamadas classes elevadas já passaram por uma seleção automática das suas capacidades e, por isso, possuem capacidade intelectual superior. Propõe, nesse sentido, que assim como há estabelecimentos especiais para “crianças anormais”, também é certo que haja uma escola especial/diferenciada para os bem-dotados, estabelecendo então três tipos de classes: as dos superdotados, dos normais e dos anormais. Em outro artigo traduzido por J. B. Damasco Penna, “Psychologia da Intelligencia”,<sup>8</sup> de autoria de Ed. Claparède, o autor deixa claro que a Psicologia deve ser um recurso para melhorar a educação por meio de seleção.

Onofre Penteadó Junior, em seu artigo “Os Testes ABC como Meio de Seleção de Classes”,<sup>9</sup> assume posição favorável à aplicação dos testes como meio de formação de classes homogêneas. Afirma, entretanto, não ser “partidário extremado” das classes seletivas e, manifestando conhecimento acerca das opiniões contrárias, defende que, naquele momento, as classes seletivas eram uma boa alternativa, já que não era possível proporcionar aos alunos um ambiente natural de aprendizagem.

Noemi M. Silveira, autora do artigo “Serviço de Psicologia Aplicada,”<sup>10</sup> defende que a homogeneização de classes era um caminho para o “sucesso educacional”, ao mesmo tempo em que introduzia a Pedagogia na área científica. Como se pode notar no entusiasmo manifesto pelos autores, os conceitos e teorias psicológicas chegavam ao Brasil como uma inovação para a educação, capaz de transformá-la numa ciência eficaz.

Como já assinalou Carvalho, a Psicologia, ao chegar ao Brasil, se apresentava como um meio de introduzir a Pedagogia na área científica. Esses intentos tiveram na instalação do Laboratório de Pedagogia Experimental, em 1914, um importante ponto de partida para a realização de um estudo científico da infância.

*Nesse período, talvez a mais ambiciosa e, por isso, mais caracterizada iniciativa de implantação de práticas então tidas como científicas no campo da Pedagogia tenha se dado com a instalação, em 1914, do Laboratório de Pedagogia Experimental, no Gabinete de Psicologia e Antropologia Pedagógica, anexo à Escola Normal Secundária de São Paulo. (Carvalho, 1999, p. 270)*

<sup>8</sup> Publicado na *Revista de Educação*, 1932, Seção Geral.

<sup>9</sup> Publicado na *Revista de Educação*, 1933, Seção Geral

<sup>10</sup> Publicado na *Revista de Educação*, 1933, Seção Geral.

A instalação desse laboratório significava um esforço no sentido de fazer a escola acompanhar o movimento científico da época, difundindo a idéia de que, por meio da ciência, o “sucesso educacional”, como diz Noemi M. Silveira, seria alcançado.

Neste Laboratório atuaram nomes importantes para a educação do período, como mencionado anteriormente, dentre os quais destacam-se Lourenço Filho, Noemi M. Silveira e J. B. Damasco Penna, que realizavam experiências psicológicas com os alunos. O próprio governo do Estado apoiava a ampliação dos estudos teóricos e práticos da Pedagogia e por isso havia criado, além de uma cadeira de Psicologia Aplicada à Educação, o Gabinete de Psicologia e Antropologia Pedagógica, local onde os alunos eram submetidos a tais experiências psicológicas.<sup>11</sup>

No artigo “Serviço de Psicologia Aplicada”, Silveira relata dois trabalhos realizados com datas diferentes. Um datado de 1º de fevereiro a 1º de junho de 1933, encaminhado ao diretor do Instituto de Educação “Caetano Campos” pelo chefe do Serviço de Psicologia Aplicada, e outro datado de 1º de fevereiro a 15 de junho de 1933, no qual são apresentadas várias solicitações dos Grupos Escolares para a classificação dos alunos, com vistas à promoção.

Essas experiências de classificação dos alunos tiveram lugar no Grupo Escolar S. José do Ipiranga (particular) e no Grupo Escolar Pedro II, onde foram aplicados os testes ABC e os testes de Dearborn e Ballard. Cabe registrar que havia até um Serviço de Classificação e Promoção dos Alunos, que era solicitado por várias escolas de São Paulo a fim separar os alunos, conforme suas diferenças individuais.

Além dos testes citados eram aplicados também a Escala Binet-Simon, testes de coordenação motora e os testes de escolaridade.

O artigo de Silveira relata, ainda, as incumbências da Secção de Medidas do Serviço de Psicologia Aplicada:

*A secção de medidas se incumbem de:*

- a) aferição de testes e escalas de testes pedagógicos e psicológicos;*
- b) seleção e aplicação de testes e escalas para fins de distribuição e promoção dos alunos;*
- c) pesquisas referentes à capacidade mental e ao trabalho dos alunos ;*

---

<sup>11</sup> Cf. MONARCHA, Carlos. *Lourenço Filho e a Organização da Psicologia Aplicada à Educação (São Paulo, 1922-1933)*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001.

- d) investigação dos problemas apresentados pelos alunos excepcionais, incluindo os mentalmente sub-normais, os bem dotados, os avançados, os deficientes do físico, os nervosos e delinquentes;*
- e) fiscalização do resultado do trabalho e as aptidões especiais de grupos de crianças;*
- f) interpretação do resultado das investigações para melhoria do ensino e bem estar dos alunos;*
- g) treino dos professores e alunos da Escola de Professores nas técnicas psicológicas;*
- h) organização de testes para uso nas escolas;*
- i) diagnóstico diferencial das dificuldades apresentadas pelos alunos-problemas;*
- j) diagnose da deficiência dos alunos nas matérias fundamentais;*
- k) estudo das crianças excepcionais, por entrevistas e observações pessoais;*
- l) organização e direção da Seção de Testes Psicológicos;*
- m) pesquisa e traçado da linha de desenvolvimento mental normal da criança paulista;*
- n) organização de um arquivo de testes para fins de consulta do professorado. (Silveira, 1933, p. 86-87)*

Esta citação demonstra a aplicação de testes como meio de distribuição e classificação dos alunos, identificando os alunos “anormais”, que seriam os “mentalmente sub-normais, os deficientes do físico, os nervosos e delinquentes”. Cabe destacar, também, a preocupação da autora em registrar que eram realizadas pesquisas para traçar a “linha de desenvolvimento mental normal da criança paulista”, deixando claro os intentos de produzir uma referência, um modelo de aluno normal, que servisse para identificar quem eram os “anormais”.

Além disso, o artigo registra a realização de pesquisas referentes à capacidade mental e de trabalho dos alunos, a adoção de práticas voltadas para a fiscalização do resultado do trabalho e para a aferição das aptidões especiais de grupos de crianças, ou seja, a criança era tratada como um objeto de estudo e pesquisas. Todas essas pesquisas configuravam-se em um dispositivo de constituição da criança enquanto aluno, que poderia ser classificado e separado dependendo de suas aptidões e seu grau de anormalidade.

Os testes e a idéia de seleção das crianças estavam tão presentes, nas práticas descritas, que havia até mesmo um treino dos professores e alunos da escola de professores nas técnicas psicológicas.

Como se pode notar, pela leitura dos artigos publicados na Revista, esses profissionais eram adeptos de uma Pedagogia baseada em princípios psicológicos e

defendiam a homogeneização de classes, partilhando da crença de que, separando os alunos conforme sua “inteligência” e “normalidade”, poderiam formar classes ideais de trabalho, onde todas as propostas de ensino funcionassem perfeitamente, uma vez que as crianças eram todas iguais, ou seja, todas tinham o mesmo nível intelectual.

Consideravam que os alunos “superdotados” sentiam-se desestimulados quando colocados junto com os alunos “normais”, pois as atividades fornecidas aos alunos “normais” estavam aquém daquelas que os “mais capazes” poderiam desenvolver, assim como os “normais” ficariam sem motivação numa classe em que estivessem os alunos considerados “anormais”. Essas idéias são evidentes no artigo de W. Stern, “A Seleção dos Alunos”:

*Quando, portanto, são os bem dotados mantidos por oito annos na mesma classe em que os deficientes, ha duplo perigo. Em primeiro lugar, os deficientes, que necessitam de licções especiaes, não as podem receber. Por muito que se queira individualizar o ensino, permanece sempre certo nível geral de instrução, determinado geralmente pela parte mais fraca da classe; e, além disso, ha sempre certo tempo de avanço que se rege também pelos mais fracos. Em segundo lugar, ha para os bem dotados, um perigo característico, muito pouco considerado até o presente: não aprender a trabalhar! (Stern, 1934, p. 161)*

Sobre esta última citação, mais especificamente esta última frase, “não aprender a trabalhar”, Jannuzzi (1993) cita que, na prática de seleção, explicita-se a preocupação com a ordem, com o trabalho que torne os anormais capazes de produzir de acordo com o que socialmente é colocado como produtivo.

Muito difundida na época era a idéia de que:

*todos devem ser aproveitados, em algum sentido, devendo a escola seleccioná-los e prepará-los para o seu lugar devido. Os anormais em classes seleccionadas, com professores especializados, com grandes conhecimentos científicos e um grande poder de intuição, trabalhando para aumentar neles a adaptabilidade e a laborosidade. (Jannuzzi, 1992, p. 43)*

Bruno Vollet também é adepto dessa idéia e acreditava que as classes homogêneas facilitariam o trabalho do professor e a aprendizagem dos alunos, como se pode perceber nas suas afirmações:

*Só os que mourejam quotidianamente na labuta ingente de iniciar os pequeninos na arte de lêr e escrever é que podem dizer das difficuldades para vencer o pequeno grupo de anormaes e sub-normaes das classes*

*communs, que é como um entrave na bôa marcha do aprendizado e mesmo do desinteresse que tomam pelas lições, os mais bem dotados, que tudo aprendem facilmente, tornando-se desatentos e indisciplinados.*

*É preciso muito esforço, muita dedicação e muita competência para alfabetisar uma classe assim complexa.*

*Ao passo que as classes selectivas darão disciplina, aproveitamento e trabalho menos exhasutivo. E segregando os fracos (mentaes e phisicos) dispensemos-lhes os cuidados medicos e hygienicos que necessitam e adoptemos methodos e processos de ensino mais ao alcance das rudes intelligencias. (Vollet, 1935, p. 91)*

No artigo “A Homogeneização das Classes como um dos Factores da Racionalização do Ensino Primario”,<sup>12</sup> Benedicto de Assis deixa claro que a homogeneização era vista como um fator não apenas de “renovação do ensino”, mas também de economia para o Estado, pois nessas classes homogêneas não haveria repetência nas classes do 1º grau, não causando, conseqüentemente, dispêndio para o Estado.

*O que cumpre fazer é augmentar o seu rendimento pela applicação dos meios fornecidos pela sciencia: Tratamento adequado a cada criança, segundo o cabedal intellectual herdado e necessario ás actividades escolares; como consequencia a diminuição dos repetentes nas classes de 1º grau que constituem um peso morto e dispendioso ao Estado, cerca de 202\$385 por alumno da matricula geral em 1930. Dahi o estabelecimento de classes tanto quanto possivel homogeneas, proporcionando aos educandos a oportunidade que muitos não obtêm nas classes heterogeneas, desaparecendo ainda os rebeldes, os alumnos chamados vulgarmente malcriados que o são como um protesto, a seu modo, da maneira impropria como são tratados. (Assis, 1934, p. 72)*

Vê-se nessas últimas citações palavras importantes que muito influenciaram o discurso pedagógico do período. São palavras como: “não aprender a trabalhar”, “lugar devido”, “adaptabilidade e laboriosidade”, “disciplina”, “trabalho menos exaustivo”, “aumentar o rendimento”.

Como se observa pela leitura dos artigos, o discurso de racionalidade, eficiência e adaptabilidade para o trabalho estavam em voga. Nessas citações, fica explícita a preocupação da educação como meio disciplinador e indispensável para o

<sup>12</sup> Publicado na *Revista de Educação*, 1934, Seção Geral.

crescimento do país, bem de acordo com o chamado “entusiasmo pela educação”,<sup>13</sup> característico do período.

Baseando-nos no estudo de Carvalho (1997), a homogeneização de classes era uma alternativa para se alcançar não apenas uma renovação educacional, mas também um progresso do ponto de vista econômico, social e político do país.

Essa homogeneização de classes visava também uma homogeneização da população (que mesclava brancos, negros, mestiços e imigrantes) pois, uma vez educados, esses indivíduos poderiam ser “regenerados” e preparados para o mercado de trabalho. *“A partir de então, ‘organizar o trabalho o nacional’ com o recurso da escola, ‘civilizando’ as populações negras e mestiças até então consideradas inaptas para o trabalho, passa a ser o caminho alternativo para o progresso”* (Carvalho, 1997, p. 281).

Sobre o preconceito e o racismo presentes nesse período, Patto (1993), em sua obra “Estado, Ciência e Política na Primeira República: a Desqualificação dos Pobres”, afirma que, no início do século XIX, o discurso científico em vigor promovia a desqualificação dos pobres e a sua marginalização na sociedade. A pobreza significava sujeira, que significava doença, que significava degradação, que significava imoralidade, que, por sua vez, significava subversão. *“A doença não era só um mal do físico, mas deteriorização da alma, da raça, que se traduzia nos mais variados vícios: alcoolismo, promiscuidade sexual, negligência dos deveres paternos, vadiagem, crime, baderna anarquista”* (Patto, 1993, p. 184).

Segundo Patto, nos documentos oficiais da imprensa, nos relatórios e pareceres dos especialistas vai-se constituindo um vasto rol de termos infamantes para designar os pobres: *“degenerados, anormais, selvagens, ignorantes, incivilizados, feios, desordeiros, rudes, grevistas, incapazes, preguiçosos, boêmios, anarquistas, brutos, irresponsáveis, desregrados, perniciosos, bêbados, farristas, decaídos, nocivos, arruaceiros, desocupados, marginais, deletérios, animalescos, simiescos, medíocres, sujos, libertinos, trapaceiros, parasitas, vadios, viciados, ladrões, criminosos”* (Patto, 1933, p. 184).

Percebe-se nessa citação que os pobres eram considerados “anormais” e deveriam ser segregados da sociedade. Para eles, a educação deveria ser diferenciada,

---

<sup>13</sup> Termo extraído de CARVALHO, Marta Maria Chagas. “Quando a História da Educação é a História da Disciplina e da Higienização das Pessoas”. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.

visando à preparação destes para o trabalho. Outro termo também que nos chama a atenção é o termo “grevistas”, ou seja, as pessoas que não se enquadravam como “dóceis” para o trabalho, aceitando tudo passivamente, eram também consideradas “anormais”. Ou seja, os “anormais” eram aquelas pessoas que poderiam alterar o sistema de divisão de classes e sua hierarquia.

*“Com a disseminação da chamada pedagogia de escola nova, no Brasil, as representações sobre o papel disciplinador da educação ganham novos contornos”.* (Carvalho, 1997, p. 284). A escola era, muitas vezes, comparada a uma fábrica e esse modelo exigia dos alunos um comportamento adaptável, flexível, formando indivíduos aptos para o trabalho. Uma das principais tendências dessa nova Pedagogia era o “taylorismo<sup>14</sup> na escola”, que tinha como objetivo o maior rendimento escolar do ponto de vista da organização de classes, com perdas mínimas de energia e pessoal.

É nesse contexto que são implantadas, nas escolas, técnicas semelhantes às aplicadas nas fábricas e nas indústrias, ou seja, orientação profissional, testes de aptidões, rapidez, precisão, com vistas à maximização dos resultados escolares. Enfim, visava-se a “colocação do homem certo no lugar certo”, princípio defendido por Claparède e citado anteriormente.

Outro autor do período que defende as mesmas idéias de Claparède e direciona seus ideais para a colocação do “homem certo no lugar certo” é W. Stern, que afirma, no seu artigo “A Seleção dos Alunos”: *“São conhecidos os lemas que então se proclamaram: ‘elevação dos bens dotados’, ‘caminho aberto ao talento’, ‘o homem devido no lugar devido’, devia ter um complemento que o precedesse: ‘a criança devida na escola devida’”* (Stern, 1934, p. 156).

Outra citação de Stern retirada do mesmo artigo, e que nos causa um forte impacto refere-se à “seleção natural das capacidades”:

*Considere-se que, encaradas do ponto-de-vista hereditario, as chamadas classes elevadas já representam uma seleção através das gerações, o que vem a dar em parte, numa seleção automática das capacidades, por isso que sempre ascendem da massa novas classes sociaes baseadas em alguma capacidade intellectual superior. Em consequencia desse processo é muito de crer-se que nas classes sociaes superiores existam capacidades*

<sup>14</sup> A Administração Científica ou Taylorismo é um conjunto de estudos desenvolvidos por Frederick Winslow Taylor, que tinha como objetivo racionalizar a produção, isto é, aumentar a produtividade numa fábrica em um período cada vez menor de tempo, evitando perdas na produção e economizando tempo. “Os mecanismos disciplinares começam a vir à tona, pois, para aumentar a eficiência, será necessário aumentar o ritmo segundo as habilidades de cada trabalhador”. HELOANI, José R. *Organização do Trabalho e Administração: uma Visão Multidisciplinar*. São Paulo: Cortez, 2000, p. 18.

*melhores, em porcentagem maior que nas massas e, por causa disso, na livre competição escolar de crianças de todas as classes sociais, caberia, também, de futuro, proporção muito maior de selecionados às crianças das classes sociais há mais tempo radicadas na cultura. Isso representa, seguramente, um bem para a continuidade do desenvolvimento nacional, público e social. O que devemos exigir é simplesmente que sejam abertas as portas a todas as crianças mais capazes das outras classes sociais; o que, porém, não devemos desejar é uma súbita emigração em massa de crianças do povo para outras escolas, outras classes sociais e outras profissões. (Stern, 1934, p. 165-166)*

Esse artigo deixa explícita a concepção de inferioridade das classes que marca as posições do autor, na medida em que o próprio autor afirma que “nas classes sociais superiores existem capacidades melhores, em porcentagem maior do que nas massas” e defende que se deve proporcionar às crianças mais capazes condições iguais de aprendizagem. Enfim, o que o autor propõe é que haja uma livre competição entre as crianças, que se garanta educação para todos, desde que não haja uma “súbita emigração em massa de crianças do povo para outras escolas, outras classes sociais e outras profissões”, ou seja, desde que não se ameace a hierarquia/ordem social vigente que coloca o “homem certo no lugar certo”, que pré-determina, através das classes sociais, o futuro profissional e social de cada criança.

Neste contexto, os testes psicológicos vinham revelar as diferenças individuais. Partindo do pressuposto de que a sociedade era igualitária, a concepção que orienta a elaboração desses instrumentos atribuía àqueles que não conseguiam mudar de classe social a responsabilidade pelo seu “insucesso”. Vistos como sujeitos que não tinham capacidade individual, a eles era atribuída toda a responsabilidade pelo seu próprio “fracasso”, o qual é considerado como consequência das aptidões individuais e não da forma de organização de uma sociedade que, na realidade, oculta a segregação e a discriminação dos mais pobres.

*A preocupação com as diferenças individuais e seus determinantes, com a detecção científica dos normais e anormais, dos aptos e dos inaptos, só poderia ocorrer no âmbito da ideologia da igualdade de oportunidades enquanto característica distintiva das sociedades de classes. Como concluiu Hobsbawm (1979), uma das crenças fundamentais no século XIX era a de que “o mundo” da classe média estava livremente aberto a todos. Portanto, os que não conseguiam cruzar seus umbrais demonstravam uma falta de inteligência pessoal, de força moral ou de energia que automaticamente os condenava ou, na melhor das hipóteses, uma herança racial ou histórica que deveria invalidá-los eternamente, como se já tivessem feito uso, para sempre, de suas oportunidades. Entre os supostos*

*inaptos, estavam os trabalhadores pobres das cidades industriais.* ( Patto, 1993, p. 38)

A colocação do “homem certo no lugar certo” exigia a identificação das diferenças individuais, possibilitando separá-las conforme suas “aptidões”. Para que isso acontecesse, deveria haver, então, a identificação dos “anormais” e sua conseqüente segregação em relação aos normais, constituindo-se os testes psicológicos em eficazes instrumentos de medida, utilizados para a separação dessas crianças.

### **Testes Psicológicos : Seleção e Classificação das Crianças**

A preocupação em formar classes homogêneas era muito disseminada, no período estudado, constituindo-se num tema que, com certeza, fez parte da formação profissional dos professores, como se pôde perceber na análise dos artigos selecionados.. Outro aspecto importante e discutido com muito ardor, neste período, é a questão dos testes psicológicos, a qual se insere nessa busca de homogeneização, pois, como defendiam muitos profissionais do período, era preciso um meio de separar e classificar os alunos. Nesse contexto, os testes psicológicos ganhavam cada vez mais adeptos, uma vez que propunham avaliar as diferenças individuais e medir o nível de inteligência de cada pessoa.

Bruno Vollet escreveu, dentre os artigos analisados, dois que são: “Contribuição para o Estudo dos Testes” e “As Classes Seletivas do 1º grau e os Testes ABC” .<sup>15</sup>

No primeiro artigo, Vollet afirma que, para a formação de classes homogêneas, os professores ou diretores utilizavam as médias de exames, inscritas nos boletins dos alunos para, desta forma, poder classificá-los. Mas, segundo ele, essa não seria uma maneira eficaz de atestar a capacidade do aluno, argumentando que esse tipo de exame é falho. Em sua concepção a melhor forma de organizar classes seletivas e classificar os alunos eram os testes de inteligência, que seriam de dois tipos: os individuais, como os de Binet-Simon e os coletivos, como os de Terman, Ballard, Thorndike, Alpha, Beta, etc. Neste artigo, Vollet relata o resultado da aplicação de dois testes coletivos de inteligência, o de desenho de Goodenough e o de Otis, nas classes do Grupo Escolar de Ariranha, no qual Vollet era diretor.

---

<sup>15</sup> Publicado na *Revista de Educação*, 1935, Seção Geral.

O teste do desenho é recomendado por Vollet por ser interessante e de fácil aplicação. A aplicação dos testes e a avaliação das crianças deveria ser realizada da seguinte maneira: o professor pede que os alunos façam a figura de um homem, o melhor que puderem, devendo-se atentar para o fato de que o teste tem como objetivo medir a inteligência do aluno, não sua capacidade ou aptidão para o desenho.

Miss Goodenough, a criadora deste teste, depois de acurado exame em milhares de provas, estabeleceu diversas exigências que deveriam ser observadas na ocasião da apuração dos pontos.

Assim, notando-se a

- presença da cabeça do boneco, conta-se 01 ponto
- presença das pernas, braços, tronco, comprimento do tronco maior que a largura, ombros, pescoço, cabelo, roupa, conta-se 01 ponto para cada item, até formar 51 pontos;

Após este teste, o aluno é classificado e colocado na classe que a ele competir, ou seja, super-normal, normal, ou anormal.

Para se conhecer o QI, era preciso conhecer a tabela de idades, que correlaciona a idade cronológica à idade mental da criança.

Conforme a tabela, presente no artigo, um aluno de oito anos deveria fazer 17 pontos para estar na norma estabelecida, ou seja, no padrão de uma criança normal.

*Si éste aluno, de 8 anos de idade cronológica obtivesse sómente 14 pontos, seria um retardado, pois a sua idade mental seria de 6 anos apenas, como se vê na tabela e o seu QI de 0,75 ou melhor de 75. Ao contrário si ele obtivesse 20 pontos, seria um avançado, teria 10 anos de idade mental e um QI de 125. Para se achar o QI (quociente de inteligência) divide-se pois a idade mental do aluno, reduzida a meses e que se encontra na tabela de normas, ao lado do total de pontos que o aluno obteve, pela sua idade real ou cronológica também reduzida a meses.*

*Encontrado o QI de todos os alunos, organiza-se a relação dos mesmos pela ordem decrescente dos valores. Somam-se todos os QI, tira-se a média e verifica-se quais os que estão colocados acima ou abaixo da média, dividindo-se a relação em quartos. Os alunos que estiverem no 1º quarto, de baixo para cima, portanto os de QI inferiores, são os anormais ou retardados; os que ocupam o 2º e 3º quartos são os normais, e os que estão no último quarto, de QI mais elevados, são os bem-dotados. (Vollet, 1933, p. 171)*

O segundo teste é chamado teste coletivo de Otis, traduzido e aplicado nas escolas brasileiras pelo Dr. C. A Baker, Deão do Colégio Batista Brasileiro.

*É um caderno contendo oito testes diversos, para atenção, compreensão, associação, labirinto, sinônimos e antônimos, senso comum, etc. Muitas páginas estão repletas de figuras, que o aluno vai riscando, completando, marcando, consoante às recomendações do examinador e em um tempo determinado e único para todos. (Vollet, 1933, p. 172)*

Este teste tem o mesmo princípio do anterior, mas, ao invés de medir o QI, este irá medir o IP (Índice de Perspicácia) do aluno, que é o mesmo que QI, ou seja, compara-se o resultado do teste do aluno, baseando-se numa tabela de idades.

O segundo artigo escrito por Vollet é uma continuação do trabalho realizado no Grupo Escolar Ariranha, onde foram aplicados os testes mentais de Otis e o do desenho de Goodenough.

Vollet afirma que a aplicação desses testes, em 1932, deu-se em caráter experimental, mas serviu de base para a comparação entre os resultados obtidos nos testes de inteligência e as médias de exames dos alunos.

Segundo se pode perceber pela leitura dos textos de Vollet, ele acreditava firmemente na idéia de que os testes realmente medem o que pretendem medir, ou seja, medem a inteligência dos alunos. Entretanto, com os resultados obtidos a partir da aplicação desses testes, Vollet concluiu que outros fatores, além da inteligência, intervêm no aprendizado do aluno.

*É inegável que a intelligencia é o factor preponderante no ensino, mas outras causas devem também merecer nossa atenção: aptidão especial para esta ou aquella disciplina, applicação, attitudo mental, estado de saude, etc. Não cogitamos aqui dos factores inherentes ao professor, taes como methodo, paciencia, clareza e outros. (Vollet, 1935, p. 86)*

Nestas últimas citações, chamam-nos a atenção os aspectos psicológicos que perpassavam a discussão sobre as questões educacionais, no período, traduzidas em instrumentos que deveriam medir a aptidão especial para determinadas atividades, disciplina, atitude mental, QI e expressas em tabelas de idades por meio das quais se procurava comparar a idade cronológica com a mental. Todos esses instrumentos são aspectos ligados às diferenças individuais, e o desejo de conhecer esses aspectos revela a preocupação em se colocar a “pessoa certa no lugar certo”, como afirmam os autores lidos. Nesse contexto, são as aptidões individuais que determinarão o “sucesso” do indivíduo. Assim, se um indivíduo não alcançasse determinada posição social, a

responsabilidade desse “fracasso” seria decorrência da sua aptidão, sua característica individual e não um problema social.

Onofre Penteadado Junior, autor do artigo “Os Testes ABC como Meio de Seleção de Classes” , apóia as idéias vigentes sobre os testes e as idéias de J. B. Damasco Penna sobre a utilidade dos testes como meio de seleção ou de verificação do aprendizado. Segundo Penteadado, muitos profissionais tinham dúvidas sobre os testes, principalmente no momento dos cálculos estatísticos. Portanto, seu artigo buscava sanar algumas dúvidas sobre os testes, mais especificamente sobre os testes ABC.

No artigo, o autor apresenta uma descrição dos testes ABC:

*O teste A.B.C se compõe de uma série de oito testes que foram postos em experiência e estandarizados, cujos resultados se encontram no fascículo referido, publicado em outubro de 1931, sob nº 5. A Diretoria Geral distribuiu-o às Delegacias do interior e todo o professor ou diretor poderá obtê-lo. (Penteadado, 1933, p. 187)*

A seguir, apresenta uma explicação sobre os oito testes que compõem o Teste ABC e o que cada um deles procura medir:

**1º) Teste:** Mede a capacidade motora do globo ocular. Apresenta figuras cuja percepção requer movimentos do globo ocular mais ou menos definidos.

**2º) Teste:** Avalia a percepção dos movimentos. *“A repetição através dos músculos, pela mão, no papel, implica a memória visual e muscular, pois o movimento é repetido no espaço, com a mão, pelo examinador.”*

**3º) Teste:** Verifica-se a memória imediata. *“Um cartão grande onde estão várias figuras cuidadosamente escolhidas, em número de 7. Depois de olhar para o quadro durante 30 segundos, terá o examinando de nomear os objetos , que viu pintados.”*

**4º) Teste:** *“A repetição de palavras ouvidas, dá-nos a memória auditiva.”*

**5º) Teste:** *“Toda história implica a logicidade. É o que mede o teste que consta de uma pequena história.”*

**6º) Teste:** *“A pronúncia de palavras compridas, de várias sílabas, é difícil para as crianças. Requer coordenação da musculatura que compõe os órgãos da palavra, faringe, língua, músculos, labiaes, etc. Mede a capacidade de prolação.”*

7º) **Teste:** *Mede a coordenação motora da mão. “O controle é necessário para a aprendizagem da escrita. Por isso é que se deve dar muito valor á educação manual. É um hábito, ou uma memória muscular, um automatismo adquirido, que é útil por ser automático. O ser automático é uma necessidade e uma garantia á eficácia do trabalho individual.”*

8º) **Teste:** *“Este mede o grau de atenção e de fatigabilidade, que é um dado utilíssimo para a ação de educar e que influe no aprendizado em geral e no da leitura.” (Penteado, 1933, p. 188)*

Justificando a necessidade da utilização desse tipo de teste nas escolas paulistas, afirma:

*O teste A.B.C será o único que servirá para a seleção, no nosso Estado, porque não temos outro estalonado.*

*O uso, porém, do teste A.B.C deverá ser feito previamente ao trabalho escolar, nos primeiros dias do ano letivo, resultando, conseqüentemente, as classes seletivas ou as classes que chamo homogêneas. Aquelas compondose, respectivamente de fracos, médios e fortes. (Penteado, 1933, p. 189)*

Afirma, ainda, que se o objetivo era fazer a seleção, obter classes homogêneas, era imprescindível conhecer o valor psicológico de cada aluno, por meio do resultado de cada ficha, obtida do exame de todos os novos alunos, que se apresentavam, e agrupá-los em valores aproximados. O objetivo era que cada criança tivesse uma ficha, demonstrando o resultado dos testes que havia realizado. Todo esse conjunto de práticas constituía-se, na concepção de autores como Penteado, numa “preparação” da criança disciplinada e eficiente, apta para o trabalho.

Percebe-se que a visão de criança, nesse contexto, era muito ligada à idéia de aluno. Os autores estudados trabalham com uma concepção de criança como um objeto de estudos e pesquisas, de investigações científicas, constituindo-se, numa de suas principais preocupações, a produção de um conhecimento científico sobre a criança.

Outro artigo que relata o uso dos testes ABC é o de Anna Nogueira Ferraz e Olga Bolliger, que eram professoras adjuntas do Grupo Escolar de Rebouças e escreveram o artigo “Organização de Classes Seleccionadas e Aplicação dos Testes ABC”.<sup>16</sup>

Neste artigo, Ferraz e Bolliger fazem uma breve retrospectiva do trabalho realizado em 1933, utilizando-se os testes ABC e a aplicação do teste três anos depois.

<sup>16</sup> Publicado na *Revista de Educação*, 1936, Seção Geral.

No primeiro parágrafo informam que o diretor do Grupo Escolar de Rebouças reuniu as adjuntas dos dois primeiros anos masculinos e expôs-lhes as vantagens que traria ao ensino a seleção dos alunos, separando-os em fortes e fracos.

Segundo as autoras, as professoras estavam de pleno acordo e, em poucos dias, empenharam-se na distribuição das crianças: *“Dentro de poucos dias as classes estavam organizadas: os repetentes foram separados conforme o adiantamento, e a aplicação dos testes ABC determinou a classificação dos alunos novos”* (Ferraz e Bolliger, 1936, p. 52).

Em 1935, as classes podiam ser divididas em: forte, média e fraca. As professoras adjuntas e o diretor estavam convencidos de que a organização de classes selecionadas era de grande utilidade para o trabalho pedagógico e um sucesso para o ensino daquela época.

*Adeptas da selecção dos alumnos, collocamo-nos ao lado dos que classificam os tests ABC como o melhor para consegui-la, embora reconheçamo-los falliveis. A experiência de 3 annos, se nos permite negar-lhe a precisão mathematica, comtudo autoriza-nos a afirmar que suas falhas são em numero limitado.* (Ferraz e Bolliger, 1936, p. 54)

O artigo escrito por Ed. Claparède e traduzido por J. B. Damasco Penna, apresenta uma visão geral do que se considerava inteligência, destacando que não havia uma única definição do que vem a ser inteligência.

*A psychologia da intelligencia faz ainda bem pobre figura nos manuaes de psychologia.* (Claparède, 1932, p. 149)

*E não se distingue claramente que é o acto intellectual em sua essencia, qual é por assim dizer, o eixo de seu movimento, a significação de seus passos.* (Claparède, 1932, p. 149)

Por essa razão, Claparède deu à palavra inteligência três sentidos distintos:

1) *Intelligencia é o nome dado á classe dos phenomenos psychicos que têm por objecto o conhecimento; intelligencia se oppõe então a affectividade, a reactividade; o adjectivo de intelligencia nesta accepção é “intellectual”.*

2) *A intelligencia é uma maneira de ser dos processos psychicos adaptados com sucesso a situações novas; seu adjectivo é então “inteligente”. Se considerarmos esta maneira de ser não como uma simples qualidade, mas como uma capacidade, podemos dizer que a intelligencia é a capacidade de resolver pelo pensamento problemas novos. Nesta accepção, a intelligencia se oppõe ao automatismo, ao instincto, á imbecilidade.*

3) *Intelligencia designa por vezes, na linguagem corrente, uma capacidade intelligente superior á média.* (Claparède, 1932, p. 153)

Esses sentidos dados à palavra inteligência deixam claro que os autores não tinham uma definição exata do que era inteligência e, além disso, a criança, principal alvo da Psicologia da inteligência e da psicotécnica, era considerada como tendo uma inteligência primitiva, comparável à dos animais, dos imbecis e dos alienados:

*A psychologia da intelligencia não deve recorrer a methodo que não seja o experimental, a observação e a experimentação. Estas podem realizar-se com diversos pontos-de-vista que, applicados successivamente, permitirão melhor decomposição e, por isso mesmo, melhor compreensão do acto intellectual. O methodo genetico nos ensinará como se comporta a intelligencia do primitivo, da criança e do animal; o methodo pathologico, a do imbecil ou do alienado; emfim, para o adulto normal, podem ser applicadas alternativamente a experimentação objectiva e a introspecção. O estudo da individualidade, das aptidões, o processo das correlações ou os methodos estatísticos permitirão tambem por meios mais ou menos indirectos, fazer uma sondagem da intelligencia.* (Claparède, 1932, p. 151-152)

Os estudos, observações e experimentações psicológicas, tidos como “científicos” no período, e que, por este motivo, atraíam tantos adeptos, eram baseados em um referencial que o próprio Claparède não tinha como definir. Claparède queria medir, classificar, comparar utilizando-se de métodos científicos, mas seus próprios referenciais eram imprecisos, como se observa ao examinar o conceito de inteligência.

Dentre os artigos analisados, um dos únicos que propõe uma reflexão sobre o uso indiscriminado dos testes é o artigo de Ana Gillingham, que critica, em parte, o uso do teste, embora defenda que, para identificar os alunos que terão êxito escolar, os testes são eficazes. Afirma ser necessária uma crítica sobre os conceitos disseminados de avaliação, seleção e os estigmas criados pelos resultados dos testes.

Gillingham, partindo da constatação de que muitos testes medem o QI, chama a atenção para o fato de que o QI pode mudar, não é algo estável por meio do qual se deva rotular uma criança e discriminá-la por isso. Cita exemplos de crianças que tinham QI baixo, e com o passar do anos o QI aumentou consideravelmente. Para Gillingham, os testes não medem aptidões naturais, mas podem nos fornecer certas verdades sobre os indivíduos, se soubermos avaliá-las criteriosamente. Os testes têm suas falhas e foram idealizados de forma a apurar aptidões que seus próprios

idealizadores consideravam como sendo importantes e resultantes de uma inteligência “adequada”.

*No primeiro ardor de tais realizações, quando a idéia dos testes ainda era nova, os seus defensores viam nela a reorganização completa do ensino. E não só do ensino senão também da sociedade inteira, devendo os indivíduos, as classes e até as raças, ser permanentemente classificados em certos e determinados níveis. Esse entusiasmo descabido não era culpa do utilíssimo teste, mas da exaltação desordenada de alguns dos seus adeptos, cujas asserções extravagantes de que por meio de um simples jôgo de perguntas seria possível sondar a capacidade mental, têm servido para levar muita gente a antipatizar com tôda essa questão de testes. (Gillingham, 1933, p. 102)*

Na citação abaixo, Gillingham defende o uso dos testes para saber o êxito escolar dos alunos:

*É possível determinar com razoável segurança que os alunos possuidores de um QI acima de uma certa nota, farão provavelmente com êxito o curso universitário, ao passo que os que permaneceram abaixo de uma certa nota não irão provavelmente além dos graus elementares. Esse fato faz dos testes um valiosíssimo instrumento acadêmico e educativo; e é justamente isso que dele se requer, nada havendo de misterioso no processo. (Gillingham, 1933, p. 106)*

Percebe-se que a autora não é contra os testes, mas contra o uso indiscriminado dos testes por seus adeptos, que, por meio de um simples jogo de perguntas, buscavam medir a capacidade mental da criança. Acredita que os testes servem para “determinar a carreira futura da criança”, mas não devem ser utilizados para a discriminação de classes ou raças ou para avaliar quais indivíduos são melhores que os outros. Segundo Gillingham, os testes são importantes para determinar a diferença e não a inferioridade.

Gillingham é adepta da aplicação dos testes, embora tenha consciência do impacto social que esse tipo de classificação e separação causaram na sociedade. Ela considera a inteligência como um conceito novo, que está sendo produzido socialmente e acredita que o quociente de inteligência possa mudar com o tempo. Mas o que ela propõe é uma tarefa impossível, ou seja, utilizar os testes para medir a inteligência, conhecendo as diferenças individuais de cada pessoa e determinando “a carreira futura da criança”, sem causar inferioridade e discriminação social.

Outro tipo de teste, muito disseminado na época, era o teste de escolaridade o qual tinha como objetivo medir a aprendizagem das crianças, embora não visasse medir a inteligência, ou seja, este teste veio substituir as provas orais e escritas de avaliação dos conteúdos. Este teste visava medir a aprendizagem de conteúdos, e era considerado como uma “medida objetiva do trabalho escolar”.<sup>17</sup> Com estes testes de escolaridade buscava-se uma educação pautada na objetividade, capaz de concretizar o desejo de uma renovação educacional, pautada nos princípios científicos. Os testes de escolaridade, como afirma J. B. Damasco Penna, no comentário da tradução do artigo “Testes de Escolaridade”, “*não são matéria da didática aplicada (expressão, aliás, que se me afigura pleonástica): são matéria da psicologia aplicada, o que é coisa diversa*” (Crespo e Cueto, 1933, p. 68).

Os testes de escolaridade são diferentes dos testes psicológicos, na medida em que os testes de escolaridade pretendiam medir o aprendizado de conteúdos específicos e não a inteligência ou as aptidões naturais, como os testes psicológicos. Apesar dessa diferença, o teste de escolaridade, assim como os outros testes, tinha como base principal os conceitos psicológicos de avaliação e classificação infantil.

Os testes de escolaridade consistiam num assunto discutido e estudado pelos profissionais da época e, tal como os testes psicológicos, era um dos parâmetros que deveriam ser incluídos na educação para alcançar a renovação educacional.

Sobre os testes de escolaridade foram encontrados dois artigos, dentre os pesquisados na *Revista de Educação*, que são: “Testes de Rendimento Escolar”,<sup>18</sup> escrito por Eulália Alves Siqueira e “Testes de Escolaridade”, dos autores Rafael G. Crespo e Antonio Cueto, traduzido por J. B. Damasco Penna.

Para Eulália Alves Siqueira, autora do artigo “Testes de Rendimento Escolar”, era muito comum a verificação do aprendizado pelos processos tradicionais da prova oral ou escrita, mas isso não deveria ser considerado eficaz, segundo a autora, pois cada examinador utiliza seu próprio critério, com maiores ou menores exigências.

Siqueira propõe um sistema de avaliação do aluno inteiramente objetivo:

---

<sup>17</sup> Extraído do artigo “Testes de Escolaridade”, *Revista de Educação*, 1933.

<sup>18</sup> Publicado na *Revista de Educação*, 1938, Seção Geral.

*Testes de escolaridade são provas objetivas para a verificação do trabalho escolar. O seu principal característico, é, pois a objetividade. Sendo finalidade dos testes “medir” o aprendizado, devem eles como todo instrumento de medida, ser “precisos” . (Siqueira, 1938, p. 78)*

Propõe a substituição das clássicas provas de fim de ano pelos testes de escolaridade, pois, mesmo não sendo inteiramente perfeitos, constituíam-se na melhor maneira de verificar o aprendizado.

Rafael G. Crespo e Antonio Cueto também escreveram um artigo, em 1933, sobre esse tema, intitulado “Testes de Escolaridade”, defendendo essa modalidade de avaliação, na medida em que estes testes podem ser corrigidos de forma clara e objetiva, além de medir com maior precisão a aprendizagem do aluno. Consideravam os testes de escolaridade como um avanço pedagógico, defendendo que todos os outros antigos sistemas de exames fossem substituídos por esses.

Crespo e Cueto apresentam que os testes de escolaridade podem ser da seguinte forma:

**Tipo evocativo**

A- Resposta Simples

B - Completamento

**Tipo de reconhecimento:**

C - Escolha Simples

D - Escolha Múltipla

E - Verdadeiro -Falso

F - Parelhas

G - Analogias

### **Identificação e Tratamento das Crianças “Anormais”**

A análise dos artigos evidencia que os profissionais da educação, engajados no movimento de renovação educacional, defendiam a homogeneização de classes. Essa preocupação foi manifestada no interesse em segregar os alunos que não se enquadravam no perfil do aluno “normal”.

Em diversos artigos, constata-se não apenas a defesa da homogeneização de classes, mas também a visão que os profissionais da educação, do período estudado, tinham das crianças “diferentes” (anormais), dos parâmetros e recursos utilizados para

identificar e segregar as crianças “anormais” e do tratamento proposto para as crianças consideradas “anormais”, no âmbito educacional.

No artigo de Baieux da Silva, “ Os Castigos Morais”,<sup>19</sup> o autor afirma que o melhor mestre é o que menos castiga e que mais educa, descrevendo como deve ser o perfil do professor para que a disciplina seja permanente. Entretanto, num parágrafo, o autor deixa claro que para ter uma classe disciplinada é importante e fundamental que os alunos sejam iguais, isto é, que sejam formadas classes homogêneas para facilitar o trabalho do professor.

Neste mesmo artigo, Silva, criticando os exageros da Psicologia, apresenta importantes elementos para compreendermos como a criança considerada “anormal” era vista pelos profissionais da época:

*Apoiado em noções confusas e embaralhadas dessa psicologia de pacotilha que por aí anda e de outros pedantismos em voga, vai arrolando, a seu bel prazer, sem maior exame, os seus alunos entre os anormais - tipos instáveis, impulsivos, retardatários e debeis mentais, toda uma cambada de degenerados ou tarados de que nada ha a esperar. (Silva, 1933, p. 81)*

Nota-se nesta citação, como os profissionais da época concebiam a anormalidade e como definiam a “criança anormal”. Em sua crítica aos excessos da Psicologia, Silva põe em evidência os vários rótulos que pairavam sobre as crianças consideradas “normais” e a concepção de que dessas crianças “anormais” “nada ha a esperar”. Aspecto que já evidenciamos, na leitura do artigo de Vollet, por exemplo, para quem a inteligência de uma criança “anormal” era “rude”.

Em seu outro artigo intitulado “A Disciplina”,<sup>20</sup> Silva condena os castigos físicos por bom senso, moral e razão. Estabelece que a base educacional é o amor e que até as crianças “alienadas ou anormais” são sensíveis à bondade e à doçura, afirmando que só assim se consegue “muito e muito deles”.

É necessário salientar novamente que essas idéias eram disseminadas aos profissionais da educação do período, na medida em que artigos com esses conteúdos eram publicados num órgão de grande circulação e legitimidade naquele momento – a *Revista de Educação* -, à qual tinham acesso muitos profissionais, que a concebiam como um referencial teórico, com base no qual guiavam suas práticas.

<sup>19</sup> Publicado na *Revista de Educação*, 1933, Seção Geral.

<sup>20</sup> Publicado na *Revista de Educação*, 1933, Seção Geral

Um profissional de destaque na área educacional, e especialmente na Educação Especial desse período, foi Norberto Souza Pinto. Segundo Jannuzzi (1992), Souza Pinto teve uma atuação prática em Campinas e São Paulo, trabalhando em escolas anexas a sanatórios, educação do normal, Escola de Retardatários (a partir de 1917), preocupando-se com os “anormais de escola” e elaborando o conceito de deficiência mental a partir das normas escolares. A escola seria o local onde as anomalias eram manifestadas e conseqüentemente seriam retardatários todos os que nela não se adaptassem: os cegos, os surdo-mudos, os defeituosos, os degenerados, os retardados intelectualmente; sendo esses últimos os que Souza Pinto tentou atingir.

Para Jannuzzi (1992), Souza Pinto não tinha uma posição fechada sobre o problema da anormalidade das crianças. Não valorizava muito os testes, *“porque a inteligência seria desenvolvida pelo meio e o dever da escola consistia em desenvolver esta capacidade até o seu mais alto grau Mas com todas essas oscilações que envolvem a responsabilidade na detecção da anormalidade, persistiu o critério da norma escolar como parâmetro de enquadramento”* (Jannuzzi, 1992, p. 68).

Souza Pinto enfatizou a alfabetização como necessária à integração no convívio social e como meio que favorecia o desenvolvimento das habilidades que integrariam essas crianças na produção.

*Percebo que Norberto Souza Pinto esteve muito influenciado pelos parâmetros da Escola Nova, baseados no valor da psicologia e de uma metodologia nela apoiada. Acreditava ter nela a segurança da neutralidade de abordagem dos problemas pedagógicos, e não percebeu o quanto o seu modo de ver o anormal estava impregnado da ordem e do progresso postulados na escola, como reprodução do contexto em que atuou.*(Jannuzzi, 1992, p. 70)

*De fato é difícil tomar distância de todo o envolvimento social e deixar de reproduzir na escola as suas expectativas. Inserida no global, ela carrega também os seus valores, principalmente os da camada no poder, que aliás os assegura através de toda uma legislação. Então, de uma certa maneira, Norberto de Souza Pinto ajudou a manutenção da “situação”, à medida que preconizou a separação de todos os “indisciplinados”, “os instáveis”, os moralmente perturbadores. Facilitou o bom rendimento das camadas mais favorecidas que, já trazendo para a escola muitos dos valores nela incorporados, mais facilmente se adaptavam a ela.* (Jannuzzi, 1992, p. 70-71)

Norberto de Souza Pinto estava inserido num contexto em que a educação, como dito anteriormente, começava a se organizar com base nos princípios de

homogeneização, racionalidade e eficiência. Dentro desses parâmetros, as crianças que não fossem “eficientes”, que não estivessem dentro do modelo construído pela sociedade da época, como sendo ideal para o progresso do país, eram consideradas “anormais” e segregadas. A escola especial para essas crianças seria como uma “esperança” de “regeneração”, que deveria torná-las produtivas e, assim, garantir a sua inserção no mercado de trabalho.

Essas idéias de Souza Pinto se expressam claramente no artigo encontrado na *Revista de Educação* de 1935, intitulado “A Educação dos Anormaes e dos Debeis Mentais”.<sup>21</sup> Neste artigo, ele defende um sistema de ensino que atenda a todas as crianças (inclusive as consideradas “anormais”), manifestando-se favorável a uma proposta educativa para “anormais” diferenciada e especial, organizada segundo os métodos médico-pedagógicos, voltados para a educação física, intelectual e moral.

Souza Pinto parte da afirmação de que tudo separamos e classificamos e isso acontece também no mundo escolar, defende que a educação moderna exige que os professores trabalhem para a formação do tipo humano e normal. Mas, mostra-se contrário à manutenção das crianças “anormais” na mesma classe dos normais, afirmando:

*Com anormalidades que tão facilmente não se corrigem e males que a sciencia só evita após demorado trabalho e farta atenção, esses menores se transformam, ao mesmo tempo, em martyres de um regimen não adequado ao tratamento que merecem; em taes estabelecimentos jamais encontrariam solução satisfactoria à sua aprendizagem. A solução do problema seria virtualmente realizada com a reabertura em S. Paulo de classes differenciaes para os retardados, e que já tivemos em funcção em duas dellas em 1931, graças ao espirito emprehendedor do dr. Amadeu Mendes, então Director Geral do Ensino, naquella epoca. (Pinto, 1935, p. 31)*

Jannuzzi (1992) cita que Souza Pinto “estava sempre correlacionando anormalidade com criminalidade, falta de moralidade, não-rendimento social sem ter tomado consciência de que eram valores bem dentro da sociedade brasileira do momento, que acentuavam suas características de capitalismo dependente, dentro do ordem imperialista universal” (Jannuzzi, 1992, p. 70).

Esta idéia citada por Jannuzzi fica evidente com a citação extraída do artigo de Souza Pinto, “A Educação dos Anormaes e dos Debeis Mentais”:

<sup>21</sup> Publicado na *Revista de Educação*, 1935, Seção Geral.

*Existe uma categoria de crianças que, por diversas causas, não podem frequentar estabelecimentos ordinários de educação, porque nelles ha um grande inconveniente, de ordem moral que merece ser sanado; o efeito pernicioso da promiscuidade. (Pinto, 1935, p. 31)*

Assim, segundo esse autor, o tratamento que deveria ser dado às crianças “anormais” era uma educação separada das crianças consideradas normais e em estabelecimentos próprios para elas, com métodos médico-pedagógicos orientados por um “orthophreniata” que iria:

*a) disciplinar e dominar o caracter sem violencias; b) despertar e manter activa a atenção; c) adaptar o ensino ao estado das aptidões; d) e individualizar o ensino em cada caso, baseando no reconhecimento, de que as cousas se aprendem não por meio de estudos meramente theoreticos, senão por meio de actividades adequadas. (Pinto, 1935, p. 31)*

As crianças consideradas “anormais” eram aquelas que não se enquadravam dentro dos padrões de normalidade estabelecidos pela sociedade da época e, mais especificamente, dentro das normas escolares, que era o parâmetro para a classificação da anormalidade.

Nos artigos analisados, foram encontrados os seguintes termos para se referir à de criança “anormal”: alienados, tipos instáveis, impulsivos, malcriados, retardatários, excepcionais, débeis mentais, degenerados ou tarados, sem moral, promíscuas, rebeldes. Crianças com essas características eram consideradas “anormais” e deveriam ser separadas das crianças normais para que não atrapalhassem o rendimento escolar dos ditos normais.

Jannuzzi (1992) refere-se também à publicação do livro “Higiene Escolar e Pedagogia”, escrito em 1917, por Dr. B. Vieira de Mello, médico-chefe do Serviço Médico-Escolar, no qual o autor oferecia um conjunto de orientações ao professor em relação à identificação da anormalidade. Esses textos foram fundamentais no sentido de difundir aos profissionais da educação a concepção de que o critério para avaliar a anormalidade seria o grau de inteligência em relação aos alunos da mesma idade, bem como a observação da atenção do aluno e da sua memória. Além disso, o texto de Mello também explicita a preocupação em estabelecer uma catalogação da anormalidade. *“Assim, dentro do subnormal estariam os ‘astênicos, indiferentes, apáticos, instáveis, irriquietos, impulsivos, ciclotímicos ou alunos que participam de uma ou outra*

*categoria'. Seriam, pois, sempre alunos 'portadores de defeitos pedagógicos'" (Mello apud Jannuzzi, 1992, p. 37).*

Esse autor preocupa-se em estabelecer a classificação dos tipos “anormais”: os anormais intelectuais, os morais e os pedagógicos. Os anormais *“intelectuais seriam os tardios e também os precoces, com exagero das faculdades em comparação com os da sua idade. As faculdades seriam: a atenção fraca, a memória preguiçosa e lenta, a vontade caprichosa, a iniciativa rudimentar, com decisão difícil, reflexão laboriosa, credulidade ou muito exagerada, ou, ao contrário, insuficiente, donde confiança excessiva ou desconfiança irredutível”* (Mello apud Jannuzzi, 1992, p. 37-38).

Para Januzzi, a seleção era menos explicitada ainda quando tratava dos anormais morais pois eram subdivididos entre os que tinham tara moral dependente de anomalia intelectual, e os viciosos que poderiam ter inteligência brilhante, mas não saberiam aproveitar a educação. *“Já os anormais pedagógicos seriam os dotados de inteligência e instrução em grau inferior à sua idade, por descuido ou defeito pedagógico (provavelmente insuficiência da escolaridade, incompetência do mestre, defasagem cultural, etc, embora estes sejam aspectos não mencionados)”* (Jannuzzi, 1992, p. 38).

O método utilizado para identificar essas características consideradas como desvio do padrão de normalidade eram os testes psicológicos. Através dos testes de inteligência propostos pela Psicologia e realizado nas escolas, detectava-se a normalidade (ou anormalidade) da criança.

Através dos conteúdos dos artigos analisados, pode-se perceber a construção do conceito de anormalidade e como esse conceito foi disseminado aos educadores paulistas da década de 1930 .

A definição e o tratamento proposto aos considerados “anormais” eram pautados nos valores sociais do período e percebe-se, pelos artigos analisados, que muitos profissionais da educação, inclusive Norberto de Souza Pinto, foi influenciado por todo esse contexto social, que valorizava a homogeneização de classes e tinha como referencial para esta segregação o padrão da pessoa considerada normal.

Para se conseguir uma renovação educacional e social, a identificação das capacidades individuais e a classificação das pessoas segundo essas aptidões, deram à Psicologia um grande status social, uma vez que esta “ciência” e seus adeptos propunham instrumentos de medidas (testes psicológicos) que possibilitassem tal identificação e segregação.

Conclui-se que os artigos analisados retratavam o que a sociedade da época valorizava como responsável por uma renovação educacional no país. Os fundamentos da Escola Nova trouxeram o cientificismo e uma educação voltada para a homogeneização, racionalização e eficiência, tendo como objetivo a formação do homem para o trabalho. Apresentavam um discurso extremamente preconceituoso em relação às crianças “anormais”, devendo-se destacar os elementos acionados na definição desses “anormais”, ou seja, bastava não estar dentro das normas impostas pela escola/sociedade para que a criança fosse considerada “anormal”, tendo que ser separada das normais para não “prejudicar” às que se enquadravam nessas normas aceitas e difundidas pela escola/sociedade.

## *Considerações Finais*

Os dezesseis artigos analisados, publicados na *Revista de Educação*, na década de 1930, possibilitaram perceber alguns aspectos da constituição da escola brasileira, principalmente no que se refere à Educação Especial.

Cabe lembrar aqui que os artigos analisados eram destinados aos educadores paulistas, inseridos em diferentes instâncias educacionais no período e tiveram como tema a identificação e o tratamento das crianças consideradas “anormais”, com base nos referenciais da Psicologia.

Na década de 1930, vários profissionais da educação estavam engajados no processo de renovação educacional. Assim, a *Revista de Educação* se configurou em um meio de divulgação dos principais temas educacionais em voga no período, sendo considerada um referencial teórico para muitos profissionais da educação. É importante lembrar que, nesse período, estavam ocorrendo disputas pelo monopólio científico das revistas educacionais e, desse modo, somente eram veiculadas informações previamente julgadas como válidas ou importantes dentro de um determinado contexto sócio-político-econômico.

A educação paulista, inserida no contexto de industrialização do Estado, voltava suas bases para uma renovação educacional, pautada nos princípios de homogeneização, racionalização e eficiência. Nesse contexto, a Psicologia ganhava cada vez mais adeptos e introduzia seus conceitos na área educacional, colocando em primeiro plano os objetivos de medir as capacidades individuais, através dos testes psicológicos, destacando-se os testes de inteligência, voltados para os propósitos de identificação e segregação dos “anormais”.

A homogeneização de classes vinculava-se, na concepção dos autores lidos, não apenas ao objetivo de favorecer o progresso do ensino, mas também o progresso do país. Acreditava-se que a homogeneização facilitaria e agilizaria o trabalho docente, formaria pessoas disciplinadas e aptas ao trabalho, como era o objetivo das indústrias nacionais. A idéia de racionalização, eficiência e disciplina tinham como alvo não apenas a homogeneização de classes, mas também, como citado anteriormente, a homogeneização de pessoas. Assim, eram segregados da sociedade os pobres que, destinados a uma educação diferenciada, quando a ela tinham acesso, ficavam

condenados às profissões menos valorizadas, mantendo-se, assim, a hierarquia social vigente.

Conclui-se, portanto, através dos artigos analisados, que eram considerados “anormais” aquelas crianças que não se enquadravam no padrão de normalidade estabelecido pela sociedade da época, ou seja, crianças que não tinham bom rendimento escolar, que não apresentavam comportamentos de “bom aluno” e por isso não seriam bons trabalhadores. Eram considerados “anormais” as crianças que eram: “promíscuas”, “alienadas”, “impulsivas”, “rebeldes”, “malcriadas”, “débeis mentais”, “sem moral”, “degenerados ou tarados”, “tipos instáveis”, crianças que eram um “entrave na boa marcha do aprendizado” e que possuíam “rudes inteligências”.<sup>22</sup>

Essas concepções de anormalidade eram difundidas através dos artigos publicados pela *Revista de Educação*, e defendidas por muitos profissionais importantes no período, como Lourenço Filho, Bruno Vollet, Noberto de Souza Pinto, Ed. Claparède, W. Stern, entre outros. O tratamento que propunham a essas crianças consideradas “anormais” era uma educação diferenciada e especial para elas, separada das crianças ditas normais. Uma vez identificados esses comportamentos anormais, essas crianças não poderiam ficar na mesma classe das consideradas normais, e eram segredadas para que “não prejudicassem o bom rendimento escolar e o apego ao trabalho” das crianças consideradas normais.

Neste sentido, a Psicologia teve um destacado papel na constituição da Educação Especial no Brasil, identificando e definindo quem eram os “anormais” e aplicando testes psicológicos para essa identificação e posterior segregação destes “anormais”. É importante salientar que a Psicologia e seus adeptos aplicavam testes para medir a inteligência das crianças e classificá-las como “anormais” ou normais, mas não tinham e ainda não têm, uma definição do que vem a ser inteligência. Ou seja, classificavam as crianças com base num referencial impreciso.

Como afirma Jannuzzi (1992), baseando-se em estudos do período, era difundida a idéia de que os “anormais” deveriam ser separados em classes selecionadas, com professores especializados, com conhecimentos científicos e grande intuição, para trabalhar nessas crianças a adaptabilidade e a laboriosidade.

---

<sup>22</sup> Termos extraídos da *Revista de Educação*.

A educação dessas crianças “anormais” vinha a ser um forma de “regeneração” dessas crianças, para que pudessem vir a trabalhar, possibilitando desta forma, o progresso do país.

A idéia do “homem certo no lugar certo” surgiu como uma forma de manutenção da hegemonia das elites, destinando aos pobres os piores cargos na sociedade e à elite os cargos de chefia e liderança.

Assim, a Psicologia assumiu e foi considerada portadora de uma autoridade que ultrapassou, evidentemente, os limites de sua competência. Isso não ocorreu sem razões políticas precisas, surgindo a Psicologia em muitas situações para validar posições ideológicas que serviram à marginalização e à rotulação de grande parte da população, em função da etnia, classe sócio-econômica e grupo cultural.

## ANEXOS

## FICHA DE LEITURA

Título:	<b>MEDINDO A INTELIGÊNCIA DAS CRIANÇAS</b>
Referência Bibliográfica:	REVISTA DE EDUCAÇÃO, SETEMBRO, VOL.III, p.101-107
Ano:	1933
Autor:	ANA GILLINGHAM - Investigadora do Instituto de Neurologia - Nova York
Tradução	NÃO ESPECIFICADO
Seção	ATRAVÉS DE REVISTAS
Palavras-Chave	DIFERENÇA X INFERIORIDADE / TESTES DE QI
Conteúdo: (resumo)	<p>Este artigo nos mostra que os testes psicológicos veiculados naquele período eram usados indiscriminadamente e não era realizada nenhuma crítica a este assunto, aos conceitos disseminados sobre avaliação, seleção e os estigmas criados pelos resultados dos testes.</p> <p><i>“No primeiro ardor de tais realizações, quando a idéia dos testes ainda era nova, os seus defensores viam nela a reorganização completa do ensino. E não só do ensino senão também da sociedade inteira, devendo os indivíduos, as classes e até as raças, ser permanentemente classificados em certos e determinados níveis. Esse entusiasmo descabido não era culpa do utilíssimo teste, mas da exaltação desordenada de alguns dos seus adeptos, cujas asserções extravagantes de que por meio de um simples jôgo de perguntas seria possível sondar a capacidade mental, têm servido para levar muita gente a antipatizar com toda essa questão de testes.”</i> (p.102)</p> <p>Gillingham critica que muitos testes medem o QI, mas que o QI pode mudar, não é algo estável por meio do qual se deva rotular uma criança e discriminá-la por isso.</p>

Cita exemplos de crianças que tinham QI baixo, mas com o passar do anos o QI delas aumentou consideravelmente.

*“No próprio momento em que os antropologistas nos apresentavam volumosas provas relativas à vivacidade mental de todas as raças, destronando completamente a teoria da inferioridade física ou mental de qualquer raça em relação a outra, os partidários dos testes de inteligência tratavam de estabelecer verdadeiros abismos intelectuais entre a matéria prima cerebral das raças. Foi aplicado um teste, empregando os termos e exigindo os ajustamentos a um dado meio cultural, no intuito de determinar a habilidade inata, e as pessoas que se mostravam inferiores nesta escala eram consideradas como sendo de extração racial inferior.”* (p.103)

Para Gillingham os testes não medem aptidões naturais, mas podem nos fornecer certas verdades sobre os indivíduos, se soubermos avaliá-las criteriosamente. Os testes têm suas falhas e foram idealizados de forma a apurar aptidões que seus próprios idealizadores consideravam como sendo importantes e resultantes de uma inteligência “adequada”.

*“É possível determinar com razoável segurança que os alunos possuidores de um QI acima de uma certa nota, farão provavelmente com êxito o curso universitário, ao passo que os que permaneceram abaixo de uma certa nota não irão provavelmente além dos graus elementares. Esse fato faz dos testes um valiosíssimo instrumento acadêmico e educativo; e é justamente isso que dele se requer, nada havendo de misterioso no processo.”* (p.106)

Portanto a autora critica, em parte, o uso indiscriminado dos testes, mas afirma que para identificar quais alunos terão êxito escolar os testes são eficazes.

É o único artigo que propõe uma crítica ao uso indiscriminado dos testes psicológicos. Apesar de não ser radicalmente contra a utilização dos testes, a autora reflete sobre os estigmas criados por esses testes e seu modo de medir o QI através de simples perguntas.

Este artigo foi publicado no *Boletim da União Pan-Americana*, de Washington.

## FICHA DE LEITURA

Título:	<b>O RENDIMENTO ESCOLAR</b>
Referência Bibliográfica:	REVISTA DE EDUCAÇÃO, SETEMBRO/DEZEMBRO, VOLS. XV E XVI, p.152-153
Ano:	1936
Autor:	SUD MENNUCCI
Tradução	NÃO
Seção	ATRAVÉS DE REVISTAS
Palavras-Chave	FISCALIZAÇÃO DO ENSINO
Conteúdo: (resumo)	<p>Segundo Mennucci o maior mal do Brasil daquela época era a falta de fiscalização e orientação na educação. Diz que se as indústrias nacionais adotassem para fiscalizar sua produção os mesmos métodos e sistemas do aparelho educativo do Brasil, já teriam falido há muito tempo.</p> <p>Para Mennucci nosso corpo de inspeção escolar é deficiente quanto ao número e ineficaz quanto ao trabalho. Essa fiscalização baseia-se na capacitação do professor e <i>“se o motivo fôr de preguiça, desinteresse pelo ensino, falta de noção de responsabilidade, duas ou três provas repetidas colocarão o mestre fóra do quadro do magistério, á procura de outra profissão, desde que não nasceu para esta”</i>. (p.152)</p> <p>Para exercer a profissão de inspetor, Mennucci considera o curso superior obrigatório e cita a Universidade de São Paulo como opção no oferecimento das vagas, pois para ser inspetor é necessário cultura.</p> <p><i>“São Paulo está urgentemente precisado de magistério de alto nível intellectual para prover ás centenas de cargos de inspetores, delegados, chefe de serviço, directores e professores de gymnasios e escolas normaes.”</i> (p.153)</p>

	<p>Vê o aluno como produto a ser fabricado, moldado. Querem padronizar tudo, inclusive o meio de avaliação do aluno. Apresenta que o nosso corpo de inspeção escolar é deficiente quanto ao número e ineficaz quanto ao trabalho. Essas expressões revelam como a educação era pautada na época, ou seja, desejavam um ensino eficaz, produtivo, eficiente.</p> <p>A Escola é vista como instituição que apenas ensina, não educa; precisa se adequar aos princípios científicos e para isso deve utilizar-se da psicologia.</p> <p>Compara a escola a uma indústria que necessita ser fiscalizada constantemente. Se a escola é vista como indústria os alunos podem ser considerados como produto a ser “fabricado” ou “moldado” por essa escola.</p> <p>Artigo também publicado na <i>Revista do Professor</i> de 1936.</p>
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## FICHA DE LEITURA

Título:	A DISCIPLINA
Referência Bibliográfica:	REVISTA DE EDUCAÇÃO, JUNHO, VOL. II, p.62-66
Ano:	1933
Autor:	BAIEUX DA SILVA
Tradução	NÃO
Seção	GERAL
Palavras-Chave	CASTIGOS / CARACTERÍSTICAS DOS ANORMAIS
Conteúdo: (resumo)	<p>Silva condena os castigos físicos por bom senso, moral, razão.</p> <p>Diz que a missão do professor está acima da violência, força, rancor e maldade.</p> <p><i>“Até os irracionais, as bestas feras, se deixam mais facilmente domesticar e ensinar pelo carinho do que pelo chicote e pelas ameaças.”(p.62)</i></p> <p>Penitenciárias e institutos disciplinares são vistos como a origem dos castigos corporais, mas até nesses estabelecimentos os castigos físicos são condenados.</p> <p>Silva diz que <i>“os próprios alienados ou anormais são sensíveis à bondade e à doçura e só com isto se consegue muito e muito delês.”(p.63)</i></p> <p>Segundo Silva da base educacional é o amor. Somente o amor fará nascer o amor na escola.</p> <p>A disciplina da classe resulta quase sempre da inteligente orientação dos trabalhos escolares. Para ele quando os trabalhos são bem conduzidos, distribuídos, quando a classe se interessa, se anima, a curiosidade da criança é despertada e a vontade de brincar e molestar os companheiros desaparece. Desta forma os alunos irão considerar os estudos mais</p>

	<p>interessantes que as brincadeiras.</p> <p>Classe ocupada é sinônimo de classe disciplinada.</p> <p>O bom professor não se preocupa com a disciplina de sua classe. É um problema inexistente para ele. <i>“Isso não lhe dá a menor canseira nem o mais leve desgosto.”</i> (p.64)</p> <p>Diz que a disciplina deve acontecer de forma natural e não ser imposta e mantida pela coação, pelo receio dos castigos e das más notas. <i>“Uma escola sem disciplina é uma escola sem ordem”</i>.(p. 65)</p> <p>Afirma que melhor mestre é o que sabe dominar a atenção de seus discípulos.</p> <p>Para Silva, os anormais são sensíveis à bondade e à doçura e os compara aos alienados, afirmando que só com doçura se consegue muito deles.</p> <p>Diz que nos institutos disciplinares iniciou-se a violência (castigos corporais), e que essa violência deve ser banida, pois a base educacional é o amor</p>
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## FICHA DE LEITURA

Título:	<b>OS CASTIGOS MORAIS</b>
Referência Bibliográfica:	REVISTA DE EDUCAÇÃO, MARÇO, VOL. I, p.79-84
Ano:	1933
Autor:	BAYEUX DA SILVA
Tradução	NÃO
Seção	GERAL
Palavras-Chave	CASTIGO / EDUCAÇÃO / DISCIPLINA / PERFIL DO PROFESSOR
Conteúdo: (resumo)	<p>Neste artigo, Silva continua o artigo anterior, intitulado A Disciplina e condena os castigos físicos, afirmando que o melhor mestre é o que menos castiga e que mais educa.</p> <p>Para Silva, o professor não tem responsabilidade quanto à formação do caráter das crianças, dizendo que lições de moral devem ser aprendidas em casa, com os pais e que na escola estão para serem instruídos, ensinados.</p> <p>Os professores devem conseguir o respeito da classe sem usar de chantagens de notas ou ficar gritando com a classe, pois desta forma será um respeito forçoso, criando uma disciplina artificial.</p> <p>Cita alguns termos utilizados por professores que não conseguem manter a disciplina em sua classe que são: <i>“Nunca vi meninos tão desobedientes, tão malcriados ! São peores que moleques da rua ! Olhem a escrita deste! Um relaxado, um desmazelado, vagabundo e porco ! Depois é o mestre que não presta, que não ensina, que adula os ricos! não teem a menor vontade de aprender, querem crescer orelhudos como burros no pasto e o mestre é quem leva a culpa!”</i>(p.80)</p>

Silva diz que estes termos são utilizados em algumas escolas o que traz muito prejuízo à educação. Para ele o bom professor, o verdadeiro educador, nunca se queixa de sua classe e nunca diz mal de seus discípulos aos estranhos, ao contrário, sempre fala bem e com orgulho de seus alunos.

Entretanto o mal professor sempre acha sua classe péssima.

*“Os seus alunos são, na generalidade, insubordinados, mal comportados e negligentes.”*

*“Apoiado em noções confusas e embaralhadas dessa psicologia de pacotilha que por aí anda e de outros pedantismos em voga, vai arrolando, a seu bel prazer, sem maior exame, os seus alunos entre os anormais - tipos instáveis, impulsivos, retardatários e debeis mentais, toda uma cambada de degenerados ou tarados de que nada ha a esperar”. (p.81)*

Segundo Silva, não há mérito em apenas ensinar crianças doces e meigas. Conduzir no bom caminho é um dos méritos do professor.

Mas o professor não deve brincar com a classe para não perder o respeito de seus alunos, e não deve dar como castigo lições e trabalhos escolares. Ao contrário, o professor deve ensinar a criança a amar o trabalho e, se quiser vê-la arrependida das suas faltas, é preciso deixá-las sem fazer nada, no ócio enquanto os outros trabalham.

*“Deixai-a sem fazer nada e vê-la-eis triste e lacriminosa, por não ser merecedora de uma ocupação útil e compreender muito cedo que o trabalho é a alegria e o ócio é o tédio.” (p.84)*

## FICHA DE LEITURA

Título:	<b>CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DOS TESTES</b>
Referência Bibliográfica:	REVISTA DE EDUCAÇÃO, MARÇO, VOL. I, p.169-177
Ano:	1933
Autor:	BRUNO VOLLET
Tradução	NÃO
Seção	GERAL
Palavras-Chave	HOMOGENEIZAÇÃO DE CLASSES / TESTES DE QI
Conteúdo: (resumo)	<p>Segundo Vollet estava muito disseminada a idéia de que a formação de classes homogêneas era um dos fatores essenciais que contribuíam para o sucesso no ensino.</p> <p><i>“É uma tendencia para o ensino individual, para a escola sob medida, de Claparède, o ideal de ensino, em teoria, mas na prática, infelizmente inexecutável, mormente em se tratando do ensino oficial.”</i> (p.169)</p> <p>Para a formação de classes homogêneas, os professores ou diretores utilizavam as médias de exames, inscritas nos boletins dos alunos e desta forma poderiam classificá-los.</p> <p><i>“Mas...nem sempre essas médias ou notas atestam a capacidade do aluno: os exames são falhos, já o proclamaram Medeiros, Sud, Isaias Alves, e basta citar os nossos porque o mal é universal.”</i> (p.169)</p> <p>O autor diz que para organizar as classes de 1º grau (1º ano na escola) os alunos novos poderão ser classificados por meio dos testes de inteligência, que segundo Vollet são de dois tipos: os individuais, como os de Binet e Simon e os coletivos, como os de Terman, Ballard, Thorndike, Alpha, Beta,</p>

etc.

Este artigo relata o resultado da aplicação de dois testes coletivos de inteligência, o de desenho de Goodenough e o de Otis, nas classes do Grupo Escolar no qual Vollet era diretor.

*“O de desenho, que empregamos em fevereiro do corrente ano em 4 classes - 1º e 2º anos, masculino e feminino - vem minuciosamente explicado no livro “Testes”, de Bueno de Andrada e Celsina F. Rocha, que o traduziram e o aplicaram nas escolas do Rio. É interessante e de fácil aplicação, motivo por que o recomendamos. Exige algum trabalho a apuração dos pontos e a procura do QI (quociente de inteligência)”.* (p.170)

O professor pede que os alunos façam a figura de um homem, o melhor que puderem.

Este teste tem como objetivo medir a inteligência do aluno, não sua capacidade ou aptidão para o desenho.

Miss Goodenough, a criadora deste teste, depois de acurado exame em milhares de provas, estabeleceu diversas exigências que devem ser observadas na ocasião da apuração dos pontos.

Assim, notando-se a

- presença da cabeça do boneco, conta-se 01 ponto
- presença das pernas, braços, tronco, comprimento do tronco maior que a largura, ombros, pescoço, cabelo, roupa, conta-se 01 ponto para cada item, até formar 51 pontos.

Após este teste o aluno é classificado e colocado na classe que a ele competir, ou seja, super-normal, normal, ou anormal.

Para se conhecer o QI é preciso conhecer a tabela de idades, que relaciona a idade cronológica com a idade mental da criança.

Conforme a tabela, um aluno de oito anos deveria fazer 17 pontos para estar na norma estabelecida, ou seja no padrão de uma criança normal.

*“Si este aluno, de 8 anos de idade cronológica obtivesse sómente 14 pontos, seria um retardado, pois a sua idade mental seria de 6 anos apenas, como se vê na tabela e o seu QI de 0,75 ou melhor de 75. Ao contrário si ele obtivesse 20 pontos, seria um avançado, teria 10 anos de idade mental e um QI de 125. Para se achar o QI (quociente de inteligência) divide-se pois a idade mental do aluno, reduzida a meses e que se encontra na tabela de normas, ao lado do total de pontos que o aluno obteve, pela sua idade real ou cronológica também reduzida a meses.*

*Encontrado o QI de todos os alunos, organiza-se a relação dos mesmos pela ordem decrescente do valores. Somam-se todos os QI, tira-se a média e verifica-se quais os que estão colocados acima ou abaixo da média, dividindo-se a relação em quartos. Os alunos que estiverem no 1º quarto, de baixo para cima, portanto os de QI inferiores, são os anormais ou retardados; os que ocupam o 2º e 3º quartos são os normais, e os que estão no último quarto, de QI mais elevados, são os bem-dotados.”(p.171)*

O segundo teste é chamado teste coletivo de Otis, traduzido e aplicado nas escolas brasileiras pelo Dr. C. A Baker, Deão do Colégio Batista Brasileiro.

*“É um caderno contendo oito testes diversos, para atenção, compreensão, associação, labirinto, sinônimos e antônimos, senso comum, etc.*

*Muitas páginas estão repletas de figuras, que o aluno vai riscando, completando, marcando, consoante às recomendações do examinador e em um tempo determinado e único para todos”. (p.172)*

Este teste tem o mesmo princípio do anterior mas, ao invés de medir o QI este irá medir o IP (índice de perspicácia) do aluno, que é o mesmo que QI, ou seja, compara-se o resultado do teste do aluno baseando-se numa tabela de idades.

Vollet termina seu artigo dizendo que é importante compararmos os vários testes aplicados para “ajuizar” a relação existente entre eles e também comparar os testes com as notas dos exames pois, muitas vezes, os exames e suas notas são falhos.

## FICHA DE LEITURA

Título:	AS CLASSES SELETIVAS DO 1º GRAU E OS TESTES A.B.C
Referência Bibliográfica:	REVISTA DE EDUCAÇÃO, MARÇO/JUNHO, VOLS. IX E X, p.84-92
Ano:	1935
Autor:	BRUNO VOLLET
Tradução	NÃO
Seção	GERAL
Palavras-Chave	APTIDÃO PESSOAL / INTELIGÊNCIA
Conteúdo: (resumo)	<p>Este artigo é uma continuação do trabalho de Vollet realizado em 1932 no Grupo Escolar de Ariranha, no qual foi relatado o resultado dos testes mentais de Otis e o do desenho de Goodenough.</p> <p>Vollet afirma que a aplicação desses testes em 1932 foi em caráter experimental, mas que serviram de base para comparação entre os resultados obtidos nos testes de inteligência e as médias de exames dos alunos.</p> <p>Para Vollet, os testes realmente medem ou pretendem medir, a inteligência dos alunos.</p> <p>Mas, com os resultados desses testes, Vollet concluiu que outros fatores além da inteligência intervêm no aprendizado do aluno.</p> <p><i>“É inegável que a inteligência é o factor preponderante no ensino, mas outras causas devem também merecer nossa atenção: aptidão especial para esta ou aquella disciplina, aplicação, attitude mental, estado de saude, etc.. Não cogitamos aqui dos factores inherentes ao professor, taes como methodo, paciencia, clareza e outros.” (p.86)</i></p> <p>Vollet procurava com esses testes separar e classificar as crianças em</p>

normais e anormais para segundo ele facilitar o aprendizado das crianças normais e facilitar o trabalho do professor.

*“Só os que mourejam quotidianamente na labuta ingente de iniciar os pequeninos na arte de lêr e escrever é que podem dizer das dificuldades para vencer o pequeno grupo de anormaes e sub-normaes das classes communs, que é como um entrave na bôa marcha do aprendizado e mesmo do desinteresse que tomam pelas lições, os mais bem dotados, que tudo aprendem facilmente, tornando-se desatentos e indisciplinados.*

*É preciso muito esforço, muita dedicação e muita competencia para alphabetisar uma classe assim complexa.*

*Ao passo que as classes selectivas darão disciplina, aproveitamento e trabalho menos exhasutivo.*

*E segregando os fracos (mentaes e physicos) dispensemos-lhes os cuidados medicos e hygienicos que necessitam e adoptemos methodos e processos de ensino mais ao alcance das rudes intelligencias.” (p.87)*

Considera que os “anormais” possam ser um mal exemplo para as crianças normais, uma vez que as crianças anormais são consideradas como um “entrave” no rendimento escolar dos “bons” alunos, ou seja, aqueles considerados normais. Além disso as crianças “anormais” são consideradas “indisciplinadas”, sendo uma ameaça à ordem e à eficiência do ensino.

Vê a criança diferente como tendo uma “rude inteligência”, necessitando de cuidados médicos e higiênicos e uma educação especial, separada das outras crianças consideradas normais.

Defende a homogeneização de classes por facilitar o trabalho do professor e proporcionar aos alunos “normais” melhores condições de aprendizagem

## FICHA DE LEITURA

Título:	<b>OS TESTES ABC COMO MEIO DE SELEÇÃO DE CLASSES</b>
Referência Bibliográfica:	REVISTA DE EDUCAÇÃO, MARÇO, VOL. I, p.185-194
Ano:	1933
Autor:	ONOFRE PENTEADO JUNIOR
Tradução	NÃO
Seção	GERAL
Palavras-Chave	TESTES / HOMOGENEIZAÇÃO DE CLASSES
Conteúdo: (resumo)	<p>Neste artigo, Onofre Penteado Junior afirma que é a favor do testes como meio de formação de classes homogêneas. Apóia as idéias vigentes sobre os testes e as idéias de J.B Damasco Penna sobre a utilidade dos testes como meio de seleção ou de verificação do aprendizado.</p> <p>Mas o autor diz que muitos profissionais da educação ainda têm dúvidas sobre os testes, principalmente no momento dos cálculos estatísticos. Este artigo busca então sanar algumas dúvidas sobre os testes, mais especificamente sobre os testes ABC.</p> <p>O autor diz que não é “partidário extremado” das classes seletivas e que conhece as opiniões contrárias a elas, mas crê que naquele momento as classes seletivas eram uma boa alternativa já que não era possível proporcionar aos alunos um ambiente natural de aprendizagem.</p> <p>A explicação dos testes ABC é bem sucinta. “O teste A.B.C se compõe de uma série de oito testes que foram postos em experiência e estandarizados, cujos resultados se encontram no fascículo referido, publicado em outubro de 1931, sob nº 5. A Diretoria Geral distribuiu-o às Delegacias do interior e todo o professor ou diretor poderá obtê-lo.” (p. 187)</p>

1º) Teste: Mede a capacidade motora do globo ocular. Apresentam figuras cuja percepção requer movimentos mais ou menos definidos.

2º) Teste: Avalia a percepção dos movimentos. *“A repetição através dos músculos, pela mão, no papel, implica a memória visual e muscular, pois o movimento é repetido no espaço, com a mão, pelo examinador.”*(p.187)

3º) Teste: Verifica-se a memória imediata. *“Depois de olhar para o quadro durante 30 Segundos, terá o examinando de nomear os objetos, que viu pintados.”*(p.188)

4º) Teste: *“A repetição de palavras ouvidas, dá-nos a memória auditiva.”*(p.188)

5º) Teste: *“Toda história implica a logicidade. É o que mede o teste que consta de uma pequena história.”*(p.188)

6º) Teste: Pronúncia de palavras compridas, *“requer coordenação da musculatura que compõe os órgãos da palavra, faringe, língua, músculos, labiaes, etc. Mede a capacidade de prolação.”* (p.188)

7º) Teste: Mede a coordenação motora da mão. *“O controle é necessário para a aprendizagem da escrita.”* (p.188)

8º) Teste: *“Êste mede o grau de atenção e de fatigabilidade, que é um dado utilíssimo para a ação de educar e que influe no aprendizado em geral e no da leitura.”*(p.188)

*“O teste A.B.C será o único que servirá para a seleção, no nosso Estado, porque não temos outro estalonado.*

*O uso, porém, do teste A.B.C deverá ser feito previamente ao trabalho escolar, nos primeiros dias do ano letivo, resultando, consequentemente, as classes seletivas ou as classes que chamo homogêneas. Aquelas compondo-se, respectivamente de fracos, médios e fortes.”* (p. 189)

Diz ainda que se o objetivo é fazer a seleção, obter classes homogêneas, era

	<p>imprescindível conhecer o valor psicológico de cada aluno, ou o resultado de cada ficha, obtida do exame de todos os novos alunos, que se apresentaram, e agrupá-los em valores aproximados.</p> <p>Demonstra cálculos e gráficos dos resultados, exemplificando como fazer a correção e pontuação dos testes realizados.</p>
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## FICHA DE LEITURA

Título:	<b>TESTES DE ESCOLARIDADE</b>
Referência Bibliográfica:	REVISTA DE EDUCAÇÃO, JUNHO, VOL. II, p.65-88
Ano:	1933
Autor:	RAFAEL G. CRESPO E ANTONIO CUETO, professores cubanos engajados na educação da década de 1920 e 1930.
Tradução	SIM, autorizada de J.B. DAMASCO PENNA
Seção	GERAL
Palavras-Chave	TESTES/ DESEMPENHO ESCOLAR / CLASSIFICAÇÃO
Conteúdo: (resumo)	<p>Este artigo enfoca basicamente o processo dos testes de escolaridade afirmando que é preciso aplicar nas crianças testes que possam ser corrigidos de forma clara e objetiva afim de medir a aprendizagem do aluno.</p> <p>No país sempre foi empregado o sistema tradicional de exames para apreciar o grau de adiantamento dos alunos de uma escola ou classe, durante um curso ou período.</p> <p>Este sistema, segundo os autores precisa ser substituído por outros mais racionais e científicos.</p> <p>Apresenta os tipos de testes de escolaridade que podem ser:</p> <p><b>Tipo evocativo</b></p> <p>A- Resposta Simples</p> <p>B - Completamento</p> <p><b>Tipo de reconhecimento:</b></p> <p>C - Escolha Simples</p> <p>D - Escolha Múltipla</p> <p>E - Verdadeiro –Falso</p>

F – Parelhas

G – Analogias

Explica cada um destes testes e os exemplifica.

Por fim, nas recomendações gerais, os autores dizem que deve-se substituir o antigo sistema de exame, condenado por todos, pelos testes de escolaridade que são um exemplo do avanço pedagógico uma vez que as bibliografias sobre esse assunto aumentam a cada dia, principalmente nos Estados Unidos. Adeptos da homogeneização de classes, propõe os testes de escolaridade como forma racional de correção das clássicas provas.

Este artigo é como se fosse um manual de instruções para o professor aplicar os testes de escolaridade nas crianças. Explicam etapas por etapas a aplicação desse teste, fornecendo exemplos e descrevendo alguns desses testes aplicados anteriormente em Cuba. Após a explicação do teste os autores demonstram como deve ser a “avaliação das provas, o cômputo dos resultados”. Com esses testes, diziam os autores, podia-se medir o grau de aprendizagem do aluno.

São influenciados por literaturas americanas, tanto que consideram os testes um avanço pedagógico na medida em que há cada vez mais estudos sobre isso nos Estados Unidos.

São profissionais que estavam preocupados com um renovação pedagógica.

## FICHA DE LEITURA

Título:	SERVIÇO DE PSICOLOGIA APLICADA
Referência Bibliográfica:	REVISTA DE EDUCAÇÃO, DEZEMBRO, VOL. IV, p.84-116
Ano:	1933
Autor:	NOEMI M. SILVEIRA
Tradução	NÃO
Seção	GERAL
Palavras-Chave	PSICOLOGIA/ TESTES / MEDIDAS / SELEÇÃO DE CLASSES
Conteúdo: (resumo)	<p>Este texto demonstra a forte presença da Psicologia na educação da década de 1930.</p> <p>Segundo Silveira o progresso educativo é decorrente da aplicação dos princípios e técnicas psicológicas na educação.</p> <p><i>“Parece tornar-se mesmo indispensável um serviço de psicologia onde quer que se empreenda qualquer melhoramento no ensino e no ajustamento do aluno à escola. O estudo científico da criança se torna função de suprema importância.”</i> (p.84)</p> <p>Para resolver os problemas de ajustamentos mentais a autora propõe especialistas e para resolver os problemas de menor importância seria necessário que houvesse uma melhor compreensão dos processos psicológicos, por parte dos pais e professores.</p> <p>Para o Serviço de Psicologia Aplicada, a educação é processo de desenvolvimento e ajustamento do educando. Para este serviço a educação não é algo que deve ser imposto à criança, mas que deve ser identificado com seus interesses e objetivos. Assim, definiam como dados a serem trabalhados:</p>

- Como o educando aprende, age e pensa.

- Suas capacidades, tendências, aspirações- motivos , hábitos e deficiências.

O Serviço de Psicologia Aplicada abrange as seguintes secções:

a) Técnicas: I - Medidas  
 II- Orientação Profissional  
 III- Estudo do Programa e Problemas Escolares

b) Técnico-administrativas: I - Estatística e Arquivo  
 II - Desenho e Representação Gráfica

c) Biblioteca e museu da Criança

*“A secção de medidas se incumba de:*

*a) aferição de testes e escalas de testes pedagógicos e psicológicos;*

*b) seleção e aplicação de testes e escalas para fins de distribuição e promoção dos alunos;*

*c) pesquisas referentes à capacidade mental e ao trabalho dos alunos ;*

*d) investigação dos problemas apresentados pelos alunos excepcionais, incluindo os mentalmente sub-normais, os bem dotados, os avançados, os deficientes do físico, os nervosos e delinquentes;*

*e) fiscalização do resultado do trabalho e as aptidões especiais de grupos de crianças;*

*f) interpretação do resultado das investigações para melhoria do ensino e bem estar dos alunos;*

*g) treino dos professores e alunos da Escola de Professores nas técnicas psicológicas;*

*h) organização de testes para uso nas escolas;*

*i) diagnóstico diferencial das dificuldades apresentadas pelos alunos-problemas;*

*j) diagnose da deficiência dos alunos nas matérias fundamentais;*

*k) estudo das crianças excepcionais, por entrevistas e observações pessoais;*

*l) organização e direção da Seção de Testes Psicológicos;*

*m) pesquisa e traçado da linha de desenvolvimento mental normal da criança paulista;*

*n) organização de um arquivo de testes para fins de consulta do professorado.”(p.86 e 87)*

Nos trabalhos gerais realizados de 1º de fevereiro a 15 de junho de 1933, percebe-se uma forte presença da psicologia nas escolas, pois em alguns relatos as escolas solicitavam a classificação dos alunos a fim de promoção.

	<p>Isso aconteceu no grupo Escolar S. José do Ipiranga (particular) e no Grupo Escolar Pedro II. Foram aplicados os testes ABC e os testes de Dearborn e Ballard.</p> <p>Havia até um Serviço de Classificação e Promoção do Alunos, que era solicitado por várias escolas de São Paulo para separar os alunos conforme suas diferenças individuais.</p> <p>Além desses testes citados eram aplicados também a Escala Binet-Simon, testes de coordenação motora e os testes de escolaridade.</p> <p>Relatório dos trabalhos do 1º semestre (1º de fevereiro a 1º de junho de 1933) apresentado ao diretor do Instituto de educação "Caetano de Campos" pelo chefe do Serviço de Psicologia Aplicada.</p>
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## FICHA DE LEITURA

Título:	<b>ORGANIZAÇÃO DE CLASSES SELECIONADAS E APLICAÇÃO DOS TESTES A.B.C.</b>
Referência Bibliográfica:	REVISTA DE EDUCAÇÃO - SETEMBRO, DEZEMBRO/VOLS.XV E XVI, p.52-55
Ano	1936
Autor:	ANNA NOGUEIRA FERRAZ E OLGA BOLLIGER, Adjuntas do Grupo Escolar de Rebouças
Tradução	NÃO
Seção	GERAL
Palavras-Chave	TESTES / SELEÇÃO DE ALUNOS / HOMOGENEIZAÇÃO
Conteúdo: (resumo)	<p>Este artigo é um relato de trabalho que começa com uma retrospectiva das aplicações dos testes ABC em 1933 e a aplicação do teste três anos depois.</p> <p>No 1º parágrafo, as autoras informam que o prof. Genesio de Assis, diretor do grupo Escolar de Rebouças, reuniu as adjuntas dos dois primeiros anos masculinos e expôs-lhes as vantagens que traria ao ensino a seleção dos alunos, separando-os em fracos e fortes.</p> <p>As professoras estavam de pleno acordo e, em poucos dias, empenharam-se na distribuição das crianças.</p> <p><i>“Dentro de poucos dias as classes estavam organizadas: os repetentes foram separados conforme o adiantamento, e a aplicação dos testes ABC determinou a classificação dos alunos novos”.</i> (p.52)</p> <p>Em 1935 as classes podiam ser divididas em: forte, média e fraca.</p> <p>Em 1936, ano em que foi redigido o artigo, é descrito que os profissionais estavam procurando corrigir as falhas na aplicação dos testes em anos</p>

anteriores, tendo como base a experiência desses anos.

Foram feitas comparações de testes realizados em 1933 e em 1936, a fim de definir os possíveis erros e mudanças ocorridas.

Enfim, apesar de toda a descrição das comparações e testes realizados fica claro que os educadores, professores e adjunctos estavam convencidos de que a organização de classes selecionadas (homogêneas) era de grande utilidade e um sucesso para o ensino daquela época.

*“Adeptas da selecção dos alumnos, collocamo-nos ao lado dos que classificam os tests ABC como o melhor para conseguil-a, embora reconheçamol-os falliveis. A experiência de 3 annos, se nos permite negar-lhe a precisão mathematica, comtudo autoriza-nos a affirmar que suas falhas são em numero limitado.” (p.54)*

Este artigo apresenta os testes psicológicos como meio de homogeneização de classes e a difusão dos princípios de homogeneização nas escolas por parte dos Diretores.

Apresenta que o conceito de homogeneização de classes não ficava apenas na teoria. Relatos como este apresentam que havia um grande movimento em torno da aplicação dos testes, ou seja, os testes eram aplicados nos alunos pelos próprios professores sendo os alunos selecionados e classificados tendo como base o resultados dos testes.

Os testes ABC foram muito utilizados nos Grupos Escolares de São Paulo pois era um dos únicos estalonados no Estado.

## FICHA DE LEITURA

Título:	<b>A HOMOGENEIZAÇÃO DAS CLASSES COMO UM DOS FACTORES DA RACIONALIZAÇÃO DO ENSINO PRIMARIO</b>
Referência Bibliográfica:	REVISTA DE EDUCAÇÃO, DEZEMBRO, VOL. VIII, p.71-77
Ano:	1934
Autor:	BENEDICTO DE ASSIS
Tradução	NÃO
Seção	GERAL
Palavras-Chave	CLASSES HOMOGÊNEAS / TESTES PSICOLÓGICOS
Conteúdo: (resumo)	<p>Neste artigo, Assis propõe a racionalização do ensino primário, sugerindo um maior rendimento da alfabetização com o mesmo dispêndio do dinheiro público.</p> <p><i>“O que cumpre fazer é aumentar o seu rendimento pela aplicação dos meios fornecidos pela sciencia: Tratamento adequado a cada criança, segundo o cabedal intellectual herdado e necessario ás actividades escolares; como consequencia a diminuição dos repetentes nas classes de 1º grau que constituem um peso morto e dispendioso ao Estado, cerca de 202\$385 por alumno da matricula geral em 1930. Dahi o estabelecimento de classes tanto quanto possivel homogeneas, proporcionando aos educandos a oportunidade que muitos não obtêm nas classes heterogeneas, desaparecendo ainda os rebeldes, os alumnos chamados vulgarmente malcriados que o são como um protesto, a seu modo, da maneira impropria como são tratados.” (p.72)</i></p> <p>Assis propõe que em cada Delegacia Escolar houvesse um funcionário</p>

	<p>encarregado das medidas mentais em toda região.</p> <p>Diz que os professores podem aplicar testes mas que as medidas têm valor quando controladas por técnicos, que aplicam estatística, variabilidade, etc.</p> <p>Basicamente é tratado o assunto da racionalização propondo o uso dos testes para formação de classes homogêneas.</p> <p>Definição das crianças anormais:</p> <p>Rebeldes, malcriados; Crianças com esse perfil eram consideradas anormais e deveriam ser separados das consideradas normais.</p> <p>Percebe-se que o perfil da criança normal era ser obediente, passiva; perfil do bom escolar.</p> <p>O autor defendia a homogeneização de classes, expressando explicitamente ser contra as classes heterogêneas e afirmando ser a favor dos testes para a formação de classes homogêneas.</p>
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## FICHA DE LEITURA

Título:	A PSYCHOLOGIA DA INTELIGENCIA
Referência Bibliográfica:	REVISTA DE EDUCAÇÃO, AGOSTO/SETEMBRO, VOL. IX, p.146-170
Ano	1932
Autor:	ED. CLAPARÈDE
Tradução	SIM, realizada por J.B. DAMASCO PENNA
Seção	GERAL
Palavras-Chave	DEFINIÇÃO DE INTELIGÊNCIA
Conteúdo: (resumo)	<p>Este artigo apresenta uma visão geral do que era considerado inteligência e que a psicologia da inteligência teria como base o experimental, a observação, a experimentação, que justamente colocava a psicologia no campo científico.</p> <p>Não há exatamente uma única definição do que vem a ser inteligência, mas mesmo assim faziam suas hipóteses e a utilizavam como padrão de medida.</p> <p><i>“...e não se distingue claramente que é o acto intellectual em sua essencia, qual é por assim dizaer, o eixo de seu movimento, a significação de seus passos.”</i> (p. 149)</p> <p>Claparède é a favor de que a psicologia deve ser um recurso para melhorar a educação por meio de seleção.</p> <p><i>“Aquelles aos quaes parece que a psychologia deve offerecer um auxilio em seu trabalho quotidiano - os educadores e os psychiatas especialmente - são, entretanto, os que vêem esta sciencia com mais desconfiança.”</i> (p.150)</p> <p>A partir dessa introdução Claparède apresenta sua visão sobre inteligência , dizendo que esta palavra tem três sentidos distintos:</p>

1º - inteligência se opõe à afetividade, é dado a classe dos fenômenos físicos que têm por objetivo o conhecimento.

2º - inteligência é a capacidade de resolver pelo pensamento, os problemas novos.

3º - inteligência designa uma capacidade inteligente superior à média.

Mas o mais importante a extrair deste texto é que não havia ainda uma definição exata do que era inteligência e além disso a criança, principal alvo da psicologia da inteligência e da psicotécnica, era considerada como tendo uma inteligência primitiva, sendo comparada com os animais.

*“A psychologia da intelligencia não deve recorrer a methodo que não seja o experimental, a observação e a experimentação. Estas podem realizar-se com diversos pontos-de-vista que, applicados successivamente, permitirão melhor decomposição e, por isso mesmo, melhor compreensão do acto intelectual. O methodo genetico nos ensinará como se comporta a intelligencia do primitivo, da criança e do animal; o methodo pathologico, a do imbecil ou do alienado; enfim, para o adulto normal, podem ser applicadas alternativamente a experimentação objectiva e a introspecção.*

*O estudo da individualidade, das aptidões, o processo das correlações ou os methodos estatísticos permitirão tambem por meios mais ou menos indirectos, fazer uma sondagem da intelligencia.”* (p.151 e 152)

Artigos publicado pela primeira vez na Revista “SCIENTIA”, de Bolonha, dirigida por E. RIGNANO (vol.XXII, novembro de 1917) e na Revista IDORT, órgão do Instituto de Organização Racional do Trabalho de São Paulo, nº 05, maio de 1932.

## FICHA DE LEITURA

Título:	ESCOLAS PSYCHOLOGICAS
Referência Bibliográfica:	REVISTA DE EDUCAÇÃO, DEZEMBRO, VOL. VIII, p.111-114
Ano:	1934
Autor:	CLARENCE RAGSDALE
Tradução	SIM, realizada por LUIZ GONZAGA FLEURY
Seção	GERAL
Palavras-Chave	HISTÓRIA DA PSICOLOGIA
Conteúdo: (resumo)	<p>Este artigo trata de um breve histórico das principais correntes da Psicologia. Cita brevemente as três escolas psicológicas que são: estrutural, funcional e a objetiva, que apresentam estreitas relações entre si.</p> <p>A psicologia estrutural dominou na América no começo do século 20; preocupava-se com a análise e a classificação dos estados de consciência.</p> <p>A psicologia objetiva é nova e contradiz certas crenças teológicas. Acredita que a explicação mecanicista da vida humana priva esta de muito do que ainda tem de digno, particularmente quanto à natureza estética.</p> <p>A psicologia funcional tinha como preocupação principal a adaptação do homem ao meio, passando da ordem mental para a atividade corporal.</p> <p><i>“O interesse pela actividade corporal, que resultou do funcionalismo, continuou a crescer em importância, intensificando-se com o desejo que tinham os psychologos de investigar a vida mental dos animais e das crianças.”</i> (p.111)</p> <p>Esses dados a respeito dos animais e das crianças só poderiam ser realizados mediante o estudo de sua atividade corporal, ou seja, seu comportamento.</p>

Essa corrente psicológica é conhecida como behaviorismo.

*“Independentemente do tronco principal da psychologia, desenvolveu-se um importante movimento psicologico, oriundo do tratamento das desordens nervosas e mentaes. Esta escola - “Psychanalyse” nasceu dos trabalhos de SIGMUND FREUD. A curto prazo, porém, alguns dos discipulos de Freud manifestaram-se insatisfeitos com a sua crença em que as desordens do instincto sexual eram a base de toda a espécie de desordem mental e em que o instincto sexual fornecia a força directriz para todas as actividades importantes da vida. Adler substituiu o instincto sexual pela vontade de poder, que considerou como sendo a essencial força motivadora das acções humanas. Jung propoz como sendo a fonte de todos os esforços humanos o desejo de conservação propria.”. (p.112)*

A escola psicanalista introduziu o conceito da mente sub-consciente, que é a origem da energia para toda a nossa vida espiritual.

Na Alemanha a GESTALT-PSICOLOGIA surgiu como um protesto contra o campo oposto do estruturalismo europeu.

*“Os psicologos gestaltistas insistem em que as acções não podem ser dissociadas em elementos taes como os reflexos, bem como em que os estados de consciência não podem ser pensados como combinações complicadas de elementos, por exemplo, as sensações, as imagens, os sentimentos.”(p.113)*

Enfim o autor termina dizendo que a escola dominante em psicologia na América é o funcionalismo, que a psicologia estrutural está desaparecendo e que a psicologia objetiva conta com alguns partidários ardorosos.

Este artigo foi publicado anteriormente no: Summario do capitulo III - “Survey of the modern psychologies” - da obra “Modern Psychologies and Educations”, de Clarence E. Rasgdale, Mc Millan, New York, (1932).

## FICHA DE LEITURA

Título:	<b>TESTES DE RENDIMENTO ESCOLAR</b>
Referência Bibliográfica:	REVISTA DE EDUCAÇÃO, MARÇO/JUNHO, VOLS. XXI E XXII, p.76-82
Ano:	1938
Autor:	EULÁLIA ALVES SIQUEIRA - 2ª assistente do laboratório de Psicologia do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo.
Tradução	NÃO
Seção	GERAL
Palavras-Chave	PADRONIZAÇÃO / TESTES DE ESCOLARIDADE / AVALIAÇÃO
Conteúdo: (resumo)	<p>Para Siqueira, é comum em nosso sistema escolar a verificação do aprendizado pelos processos tradicionais da prova oral ou escrita, mas isso não é considerado eficaz pois cada examinador utiliza seu próprio critério, com suas maiores ou menores exigências.</p> <p>Siqueira propõe um sistema de avaliação do aluno inteiramente objetiva. Estímulos ao aluno e a verificação de seu valor era baseado nas notas, promoções de ano, admissão em novo curso, classificação final. Mas, às vezes, a avaliação é falha, não representando o valor real do aluno.</p> <p>É preciso estabelecer critérios objetivos para avaliar e classificar o aluno.</p> <p><i>“Testes de escolaridade são provas objetivas para a verificação do trabalho escolar. O seu principal característico, é, pois a objetividade. Sendo finalidade dos testes medir o aprendizado, devem eles como todo instrumento de medida, ser precisos. (p.78)</i></p> <p>Propõe a substituição das clássicas provas de fim de ano pelos testes de escolaridade, pois mesmo não sendo inteiramente perfeitos representam a melhor maneira de verificar o aprendizado.</p>

	<p>Aluno é visto como um simples objeto de pesquisa, de estudo, de testes. As notas, promoções de ano, classificação demonstram o valor do aluno, uma forma de disciplinar o aluno para que seja eficiente. O aluno é visto separadamente da criança em processo de construção de conhecimento. É considerado como um recipiente vazio que precisa de escolarização para ser reconhecido como uma pessoa. Apenas os conhecimentos escolares são considerados importantes.</p>
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## FICHA DE LEITURA

Título:	<b>A EDUCAÇÃO DOS ANORMAES E DOS DEBEIS MENTAES</b>
Referência Bibliográfica:	REVISTA DE EDUCAÇÃO, SETEMBRO/DEZEMBRO, VOLS. XI E XII, p.30-31
Ano:	1935
Autor:	NORBERTO DE SOUZA PINTO
Tradução	NÃO
Seção	GERAL
Palavras-Chave	CONCEPÇÃO DE ANORMALIDADE / TRATAMENTO EDUCACIONAL DOS ANORMAIS
Conteúdo: (resumo)	<p>Propõe que nosso sistema de ensino atenda todas as crianças, inclusive as consideradas “anormais”.</p> <p>Considera que tudo classificamos e separamos e isso acontece também no mundo escolar.</p> <p><i>“Não escaparam naturalmente na vida escolar, a necessidade classificadora da intellectualidade dos educandos e a NOOLOGIA que constitue o departamento da psychologia concreta, classifica e mesmo explica os principaes grupos da mentalidade”</i> (p.30)</p> <p>Pinto diz que a educação moderna exige que os professores trabalhem para a formação do tipo humano e normal.</p> <p><i>“Existe uma categoria de creanças que, por diversas causas, não podem frequentar estabelecimentos ordinarios de educação, porque nelles ha um grande inconveniente, de ordem moral que merece ser sanado; o efeito pernicioso da promiscuidade.”</i>(p.31)</p> <p>Pinto defende que os “anormais” têm os mesmos direitos que as crianças “normais”. Diz que as crinaças anormais têm necessidade de receber uma</p>

	<p>educação especial sob influência de métodos médico-pedagógicos, de educação física, intelectual e moral, unidos e orientados por um ortopediatra que irá:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- disciplinar e dominar o caráter sem violência;</li><li>- despertar e manter ativa a atenção;</li><li>- adaptar o ensino ao estado de aptidões;</li><li>- individualizar o ensino em cada caso, baseado no reconhecimento de que as coisas se aprendem não por meio de estudo meramente teórico senão por meio de atividades adequadas.</li></ul> <p>Pinto defende uma educação para “anormais” diferenciada e especial, voltado para métodos médico-pedagógicos. Afirmo que essas crianças são vistas na sociedade como promíscuas e sem moral.</p>
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## FICHA DE LEITURA

Título:	A SELECÇÃO DOS ALUMNOS
Referência Bibliográfica:	REVISTA DE EDUCAÇÃO, DEZEMBRO, VOL. VIII, p.152-173
Ano:	1934
Autor:	W. STERN, psicólogo alemão que estudou a psicometria da inteligência. Propôs o quociente de inteligência como expressão da relação entre a idade mental e a idade cronológica do indivíduo.
Tradução	SIM, realizada sobre a edição espanhola La Selección de los Alumnos(trad. e estudo preliminar de Lorenzo Luzuriaga, Madrid "Revista de Pedagogia",1928, e devidamente autorizada pela Revista de Pedagogia. Tradução no Brasil feita por J. B. DAMASCO PENNA
Seção	GERAL
Palavras-Chave	SELEÇÃO / CAPACIDADES INATAS
Conteúdo: (resumo)	<p><i>"O problema da selecção dos alumnos é "político" apenas no sentido elevado de que se trata de medidas postas a serviço da colectividade e do futuro da raça e de que ha problemas cuja solução puramente theorica é impossivel e que necessitam da collaboração espontanea, da acção conjuncta de autoridades, paes e mestres, para boa solução."</i> (p.155)</p> <p>Neste artigo está explícito que Stern é a favor da seleção dos alunos e sua separação conforme a classificação obtida através de testes.</p> <p>Cita a obra República , de Platão, dizendo que Platão também era a favor da separação/seleção das capacidades.</p> <p>Stern propõe primeiro uma educação comum para todas as crianças; depois a educação especial e ampliada para as mais capazes.</p> <p><i>"São conhecidos os lemmas que então se proclamaram: "elevação dos bem</i></p>

*dotados", caminho aberto ao talento", "o homem devido no logar devido", devia ter um complemento que o precedesse: "a criança devida na escola devida." (p.156)*

Propõe que, como há estabelecimentos especiais para as crianças anormais, também é certo que haja uma escola especial/diferenciada para os bem-dotados.

Segundo Stern, cada indivíduo possui suas capacidades e deve-se descobrir o melhor a fazer com essas capacidades.

Cita as opiniões contrárias à seleção dos alunos mas ainda assim afirma que o melhor a fazer é selecionar, classificar e separar.

*"Quando, portanto, são os bem dotados mantidos por oito annos na mesma classe em que os deficientes, ha duplo perigo. Em primeiro lugar, os deficientes, que necessitam de licções especiaes, não as podem receber. Por muito que se queira individualizar o ensino, permanece sempre certo nivel geral de instrucção, determinado geralmente pela parte mais fraca da classe; e, além disso, ha sempre certo tempo de avanço que se rege também pelos mais fracos. Em segundo lugar, ha para os bem dotados, um perigo característico, muito pouco considerado até o presente: não aprender a trabalhar !"* (p.161)

*"As capacidades humanas, especialmente das crianças, podem ser divididas em dois grupos: a "capacidade geral"(intelligência), que determina o nivel intellectual do homem (a que se applicam as expressões "inteligente" e "retardado", "não intelligente"), e as "aptidões", que são capacidades especificas: para mathematica, para desenho, para as techincas, etc. O nivel geral da intelligencia e a aptidão são ambos de grande importância para a selecção."* (p.164)

*"Considere-se que, encaradas do ponto-de-vista hereditario, as chamadas classes elevadas já representam uma selecção através das gerações, o que vem a dar em parte, numa selecção automática das capacidades, por isso que sempre ascendem da massa novas classes sociaes baseadas em alguma capacidade intellectual superior. Em consecuencia desses processo é muito de crer-se que nas classes sociaes superiores existam capacidades melhores, em porcentagem maior que nas massas e, por causa disso, na livre competição escolar de crianças de todas as classes sociaes, caberia, também, de futuro, proporção muito maior de seleccionados ás crianças das classes sociaes ha mais tempo radicadas na cultura. Isso representa,*

*seguramente, um bem para a continuidade do desenvolvimento nacional, publico e social. O que devemos exigir é simplesmente que sejam abertas as portas a todas as crianças mais capazes das outras classes sociaes; o que, porém, não devemos desejar é uma subita emigração em massa de crianças do povo para outras escolar, outras classes sociaes e outras profissões.” (p. 165 e 166)*

Stern diz que a seleção dos alunos não deve ser feita pelo professor mas sim por um psicólogo. Deve existir união entre os psicólogos e pedagogos uma vez que ao psicólogo cabe exclusivamente realizar a seleção dos alunos, e não substituir a função do pedagogo.

Este artigo é uma conferência feita em Altona, numa Semana Político-Escolar, realizada em 1925 e foi publicada com a devida autorização do autor e do editor Quelle & Meyer, de Leipzig.

## **Bibliografia**

- CATANI, Denice B. e SOUSA, Cynthia P. de. "A geração de instrumentos de pesquisa em história da educação: Estudos sobre revistas de ensino". Brasil 500 anos: Tópicos em História da Educação. In VIDAL, Diana G e HILSDORF, Maria L.S. (orgs), *Brasil 500 anos: Tópicos em História da Educação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- CATANI, Denice B., VICENTINI, Paula P., LUGLI, Rosario S.G., "A profissionalização e as práticas de organização dos professores: estudos a partir da Imprensa Periódica". In: CATANI, Denice B. e BASTOS, Maria Helena C. (orgs). *Educação em Revista: A Imprensa Periódica e a História da Educação*. São Paulo, Escrituras Editora, 2002.
- CATANI, Denice B., LIMA Ana L.G., "Vigilância e controle: os Anuários do Ensino do Estado de São Paulo e a História do trabalho docente no Brasil". In: CATANI, Denice B. e BASTOS, Maria Helena C. (orgs). *Educação em Revista: A Imprensa Periódica e a História da Educação*. São Paulo, Escrituras Editora, 2002.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas. "Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas". In: FREITAS, Marcos C. (org). *História social da infância no Brasil*. São Paulo, Cortez, 1997.
- ESTEVES, Isabel de Lourdes. *As prescrições para o ensino da caligrafia e da escrita na escola pública primária paulista (1909-1947)*, Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *História da loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- HELOANI, José Roberto. *Organização do trabalho e administração: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Cortez, 2000.
- JANNUZZI, Gilberta. *A luta pela educação do deficiente mental no Brasil*. 2 ed. Campinas, Autores Associados, 1992.
- MONARCHA, Carlos. *Lourenço Filho e a organização da Psicologia aplicada à Educação (São Paulo, 1922-1933)*, Monografia. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001.

MUCHAIL, Salma T. "O mesmo e o outro: faces da história da loucura". In: MARIGUELA, Márcio (org). *Foucault e a destruição das evidências*. Piracicaba: Editora Unimep, 1995.

NERY, Ana Clara. *Embates no campo educacional: A sociedade de educação de São Paulo (1922-1931)*, Reunião Anual da Anped, 2001.

PATTO, Maria Helena Souza. "Raízes históricas das concepções sobre o fracasso escolar: o triunfo de uma classe e sua visão de mundo". In: \_\_\_\_\_: *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1993.

\_\_\_\_\_. "Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres." In: *Revista de Estudos Avançados* 13 (35), 1999.

PESSOTTI, Isaias. "O século XX". In: \_\_\_\_\_. *Deficiência mental: da superstição à ciência*. São Paulo, T.A. Queiroz/EDUSP, 1984.

Revista de Educação, agosto/setembro, 1932, vol. IX

\_\_\_\_\_ março, 1933, vol. I

\_\_\_\_\_ junho, 1933, vol. II

\_\_\_\_\_ setembro, 1933, vol. III

\_\_\_\_\_ dezembro, 1933, vol. IV

\_\_\_\_\_ dezembro, 1934, vol. VIII

\_\_\_\_\_ março/junho, 1935, vols. IX e X

\_\_\_\_\_ setembro/dezembro, 1935, vols. XI e XII

\_\_\_\_\_ setembro/dezembro, 1936, vols. XIII, XIV, XV e XVI

\_\_\_\_\_ março/junho, 1938, vols XXI e XXII

WARDE, Mirian Jorge. "Para uma história disciplinar: psicologia, criança e pedagogia". In: FREITAS, Marcos C. (org). *História social da infância no Brasil*. São Paulo, Cortez, 1997.